

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

Cristiano de Souza Oliveira

A assistência estudantil como instrumento de promoção da saúde: limites e possibilidades na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Cachoeira – BA
2016

Cristiano de Souza Oliveira

A assistência estudantil como instrumento de promoção da saúde: limites e possibilidades na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dr. Heleni Duarte Ávila.

Cachoeira – BA
2016

CRISTIANO DE SOUZA OLIVEIRA

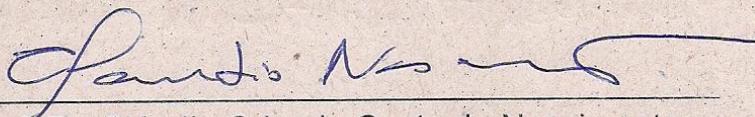
A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DA
SAÚDE: LIMITES E POSSIBILIDADES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RECÔNCAVO DA BAHIA.

Cachoeira – BA, aprovada em 22/02/2016.

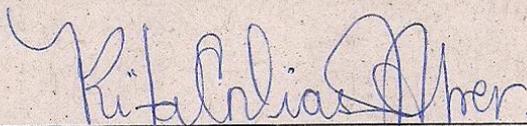
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Heleni Duarte Dantas de Ávila
(Orientadora – UFRB)



Prof. Dr. Cláudio Orlando Costa do Nascimento
(Membro Interno – UFRB)



Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Dias Pereira Alves
(Membro Interno – UFRB)

RESUMO

Desde o início deste século o Brasil vem vivenciando a expansão do ensino superior. Concomitante a esse processo vem ocorrendo o fortalecimento de ações afirmativas para o ingresso de grupos específicos nestas instituições. A combinação desses fatores tem feito surgir um novo perfil de estudantes no ensino superior brasileiro. Nesse contexto emerge o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) como importante ferramenta para ampliar as condições de permanência dos jovens no ensino superior público federal. Ao analisar os pré-requisitos para saúde ressaltados na Carta de Ottawa pode-se constatar que a partir do desenvolvimento das ações preconizadas pelo PNAES às universidades podem se constituir em importantes espaços de promoção da saúde. No que tange a essa relação existe uma lacuna na literatura brasileira. Nesse sentido, esta pesquisa teve em vista analisar de forma exploratória a relação entre assistência estudantil e promoção da saúde na universidade, evidenciando limites e possibilidades na atuação da Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) para promoção da saúde dos estudantes. Para cumprir este objetivo o procedimento utilizado foi a análise documental. Foram analisadas as sete normativas da PROPAAE da UFRB, tendo com propósito observar de que forma a política de assistência estudantil da universidade foi pensada e como emerge nesse contexto a questão saúde dos estudantes. Também foram analisados vinte editais disponíveis entre os anos de 2007 e 2015, com vistas a destacar como programas desenvolvidos pela instituição relacionam-se com a promoção da saúde. As ações foram analisadas em comparação com os princípios para promoção da saúde destacados no documento “Health Promotion Evaluation: Recommendations to Policy-Makers” elaborado pela Organização Mundial da Saúde. A partir dessa análise foi possível evidenciar que apesar de a promoção da saúde não ter sido considerada um fator relevante na elaboração das normativas e editais, existe relação entre os princípios da promoção da saúde com as ações de assistência estudantil desenvolvidas no âmbito da UFRB. Por outro lado, ainda que tenha sido observada esta relação, destacamos que tais ações podem ser eficientes na promoção da saúde, não gerar quaisquer resultados

ou até agravar a situação de saúde dos estudantes. O sucesso da atuação direcionada a promoção da saúde ocorrerá a partir do olhar que será construído no processo de planejamento, elaboração e implantação das ações de assistência estudantil.

ABSTRACT

Since the beginning of this century, Brazil has experienced the expansion of higher education. Concurrent with this process is occurring strengthening affirmative action for the entry of specific groups in these institutions. The combination of these factors has given rise to a new profile of Brazilian students in higher education. In this context emerges the Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) as an important tool to broaden the conditions of stay of young people in higher federal public education. By analyzing the health prerequisites highlighted in the Ottawa Charter can be seen that from the development of the actions recommended by the PNAES universities may constitute important areas of health promotion. With regard to this relationship there is a gap in Brazilian literature. In this sense, this research was aimed at analyzing in an exploratory way the relationship between student assistance and health promotion at the university, showing limits and possibilities in the work of the Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) of the Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) to promote the health of students. To meet this objective the procedure used was the documentary analysis. The seven regulations of PROPAAE of UFRB were analyzed, taking purposeful observe how the student assistance policy of the university was conceived and as it emerges in this context the question health of students. They were also analyzed twenty edicts available between the years 2007 and 2015, in order to highlight how programs developed by the institution relate to health promotion. The shares were analyzed in comparison with the principles for health promotion highlighted in the "Health Promotion Evaluation: Recommendations to Policy-Makers." Prepared by the World Health Organization From this analysis it became clear that although the health promotion have not been considered a relevant factor in the preparation of regulations and notices, there is a relationship between the principles of health promotion with the student assistance actions carried out under the UFRB. On the other hand, although it has been observed this regard, we emphasize that such actions can be effective in promoting health, not generate any results or even aggravate the health situation of students. The success of targeted health promotion activities take place from the look that will be built in the

process of planning, preparation and implementation of student assistance actions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa conceitual estabelecendo a relação entre universidade, assistência estudantil e promoção da saúde.

Figura 2 - Organograma da PROPAAE

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação entre ações evidenciadas nas normativas da PROPAAE e o PNAES.

Tabela 2 - Valores dos auxílios nos anos de 2012 e 2015, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Tabela 3 - Todas as ações realizadas pelas PROPAAE entre os anos de 2007 e 2015, na UFRB.

Tabela 4 - Editais PROPAAE no ano de 2007 disponíveis no site da UFRB.

Tabela 5: Editais PROPAAE no ano de 2008 disponíveis no site da UFRB.

Tabela 6: Editais PROPAAE no ano de 2009 disponíveis no site da UFRB.

Tabela 7: Editais PROPAAE no ano de 2010 disponíveis no site da UFRB.

Tabela 8: Editais PROPAAE no ano de 2011 disponíveis no site da UFRB.

Tabela 9: Editais PROPAAE no ano de 2012 disponíveis no site da UFRB.

Tabela 10: Editais PROPAAE no ano de 2013 disponíveis no site da UFRB.

Tabela 11: Editais PROPAAE no ano de 2014 disponíveis no site da UFRB.

Tabela 12: Editais PROPAAE no ano de 2015 disponíveis no site da UFRB.

Tabela 13: Divisão das ações da PROPAAE nas categorias apoio financeiro, apoio estrutural e apoio educacional.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA – Ação Afirmativa

AE – Assistência Estudantil

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CNDSS - Comissão Nacional de Determinantes Sociais da Saúde

COEST - Coordenadoria de Assuntos Estudantis

COPAF - Coordenadoria de Políticas Afirmativas

DAE - Departamento de Assistência ao Estudante

DSS – Determinantes Sociais da Saúde

Enem - Exame Nacional do Ensino Médio

FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IES – Instituições de Ensino Superior

NAIE - Núcleo de Acompanhamento Integrado ao Estudante

NEPAAE - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis

NPS – Nova Promoção da Saúde

NUCELA - Núcleo de Esporte e Lazer

NUGAD - Núcleo de Gestão Administrativa

NUGEDS - Núcleo de Gênero, Educação e Diversidade Sexual

NUGIN - Núcleo de Gestão de Infra-Estrutura

NUPIAF - Núcleo de Políticas de Ingresso e Ações Afirmativas

NUPPER - Núcleo de Políticas de Pós-permanência

OMS – Organização Mundial da Saúde

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PPQ – Programa de Permanência Qualificada

PROPAAE - Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis

PROUNI - Programa Universidade para Todos

PS – Promoção da Saúde

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das

Universidades Federais

Sisu - Sistema de Seleção Unificada

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNICEF – Fundo das Nações Unidas

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	11
2 A MUDANÇA DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA	14
2.1 SÉCULO XXI E AS NOVAS POLÍTICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	14
2.2. DESIGUALDADE DE ACESSO À UNIVERSIDADE E AS AÇÕES AFIRMATIVAS	22
2.3 O NOVO PERFIL DOS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS E A NECESSIDADE DE REPENSAR A UNIVERSIDADE: O OLHAR SOBRE A PERMANÊNCIA	26
3. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL	31
3.1. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO	31
3.2. PNAES: A NOVA FASE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL	33
4. O PAPEL DA ASSITÊNCIA ESTUDANTIL NA PROMOÇÃO DA SAÚDE NA UNIVERSIDADE	37
4.1. O QUE É PROMOÇÃO DA SAÚDE?.....	37
4.2. A PROMOÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL.....	45
4.3. UNIVERSIDADE: UM ESPAÇO EM POTENCIAL PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE	47
5. LOCUS DA PESQUISA: UFRB	53
5.1. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	53
5.2. A PRÓ-REITORIA DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS E ASSUNTOS ESTUDANTIS - PROPAAE ...	54
5.3 ANÁLISE DOCUMENTAL.....	56
5.3.1 <i>o que dizem as normativas?</i>	56
5.3.2. <i>o que dizem os editais 2007-2015?</i>	61
5.3.3 <i>limites e possibilidades da assistência estudantil para promoção da saúde na ufrb.....</i>	86
7. REFERÊNCIAS.....	101

1 – INTRODUÇÃO

Desde o início deste século o Brasil vem vivenciando uma nova experiência no ensino superior: o aumento expressivo de vagas tanto em instituições públicas quanto nas privadas. Concomitante a esse processo vem ocorrendo o fortalecimento de ações afirmativas para o ingresso de grupos específicos nestas instituições. A combinação desses fatores tem feito surgir um novo perfil de estudantes no ensino superior brasileiro.

De acordo com Censo do Ensino Superior 2013, neste mesmo ano, o número de matrículas no ensino superior federal superou a marca de 1,13 milhões, se comparada aos anos 2000 o número de matrículas mais que dobrou (BRASIL, 2013). Tal aumento é reflexo da implantação de estratégias como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que tem como objetivo criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior (BRASIL, 2007).

No entanto, o acesso à instituição de ensino representa apenas uma primeira etapa para a equidade no ensino superior. Para alcançar o sucesso acadêmico¹, parte dos estudantes, especialmente os oriundos de grupos populares, enfrentam problemas de permanência e conseqüentemente para a conclusão dos cursos.

Nesse sentido, destaca-se a importância da compreensão da construção do novo perfil dos estudantes de universidades públicas federais que vem ocorrendo não só pela ampliação do acesso ao ensino superior decorrente do REUNI, mas também por conta da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como a Lei de Cotas. Esta que assegura, por curso e turno, a reserva de no mínimo 50% de vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Ao tempo que o REUNI assegurou o aumento no número de vagas no ensino superior, possibilitando maior acesso, e a Lei de Cotas assegurou maior democratização do acesso, por meio da garantia do ingresso a parcelas da

¹ Aqui entendido por conclusão do curso de graduação.

sociedade que historicamente ficavam a margem deste processo, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) surgiu como importante ferramenta para ampliar as condições de permanência dos jovens no ensino superior público federal.

A finalidade do PNAES é ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal por meio de ações nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Através das ações previstas no PNAES a universidade pode auxiliar na permanência dos estudantes contribuindo para o seu sucesso acadêmico. Ademais, estas mesmas ações podem contribuir para uma melhor saúde e qualidade de vida dos estudantes beneficiados, uma vez que os campos de atuação preconizados pelo PNAES correlacionam-se com os pré-requisitos para saúde destacados na Carta de Ottawa (1986): paz, habitação, educação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade (BRASIL, 2002).

A Carta de Ottawa foi produto da I Conferência Internacional de Promoção da Saúde, realizada no Canadá em 1986. Toma-se esta como referência, pois é considerada o principal marco da Promoção da Saúde (PS) moderna e tornou-se referencial básico para desenvolvimento da PS no mundo.

Diante desse contexto, a presente investigação justifica-se pela necessidade de dar visibilidade a esse tema a partir da construção de referencial teórico que traga no seu bojo a discussão sobre os reflexos da assistência estudantil na saúde dos universitários a partir de uma perspectiva ampliada da saúde, dado que este referencial pode colaborar para construção e reconstrução das estratégias nas instituições, gerando soluções de impacto sobre a qualidade de vida e o combate às iniquidades em saúde. Estudos que apresentem esta relação assumem papel importante, pois, conforme evidencia Santos (1987), “[...] buscar a saúde é questão não só de sobrevivência, mas de qualificação da existência [...]” (Santos, 1987 apud Czeresnia, 2003, p. 48).

Além do já citado, em estudo recente Vasconcelos (2013) observou que o debate sobre PS no serviço social vem ocorrendo sem densidade, de forma acrítica

e contendo alguns equívocos. Nesse sentido, a presente investigação buscará afastar-se dessas problemáticas identificadas pela autora de forma a tentar contribuir para a construção de um arcabouço teórico sobre a PS no serviço social.

Para cumprir os supracitados objetivos o presente estudo foi organizado da seguinte maneira: No primeiro capítulo buscaremos situar de que universidade estamos falando, pois é neste espaço que está sendo desenvolvida a política que é foco deste estudo. Para tanto apresentaremos algumas mudanças ocorridas nas Instituições de Ensino Superior (IES) oriundas de estratégias como REUNI e da Lei de Cotas, evidenciando a necessidade de repensarmos esse espaço a partir de um novo perfil dos universitários brasileiros.

No segundo capítulo, trataremos da assistência estudantil, especialmente do seu percurso histórico até a chegada ao PNAES, destacando a relevância deste último para a permanência dos estudantes nas universidades, bem como vem sendo desenvolvido nas instituições de ensino superior.

No capítulo seguinte, discutimos o surgimento e conceitos relacionados à PS e o seu desenvolvimento no Brasil. Ademais, analisamos como tem sido evidenciada a articulação PS e assistência estudantil e elaboramos um modelo de articulação entre essas duas temáticas, especificamente entre o PNAES e os pré-requisitos para saúde de da Carta de Ottawa, destacando as potencialidades dessa articulação.

No quarto capítulo trataremos da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), lócus da pesquisa. Nesta pesquisa foi utilizada a pesquisa documental e a análise de conteúdo. Foram analisadas sete normativas e vinte editais da Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) disponíveis no sítio da instituição. A partir da análise destes documentos foi possível evidenciar a relação entre assistência estudantil e PS na universidade, ressaltando limites e possibilidades na atuação da PROPAAE para a PS dos estudantes. As ações foram analisadas em comparação com os princípios para promoção da saúde destacados no documento “Health Promotion Evaluation: Recommendations to Policy-Makers” elaborado pela Organização Mundial da Saúde, a saber: concepção holística, equidade, empoderamento, participação social, sustentabilidade, intersetorialidade e multi-estratégias.

2 A MUDANÇA DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

2.1 Século XXI e as novas políticas de acesso ao ensino superior no Brasil

Na América colonizada pelos espanhóis as universidades são implantadas logo após a conquista, a primeira ainda no século XIV na América Central. Até o final do século XVII havia 12 universidades do norte ao sul do continente. A Argentina teve a sua primeira universidade criada pelos Jesuítas no início do século XV, em contra partida, o Brasil só teve a sua primeira instituição de ensino superior em 1808, fundada por D. João VI após a vinda da Corte para a Colônia (TRINDADE, 1999).

De acordo com Fávero (2006) essa criação tardia se deu por dois motivos. Primeiro, uma forte resistência de Portugal, negando, inclusive, a criação de uma instituição pelos Jesuítas no século XVI, reflexo de sua política de colonização que buscava o controle sobre qualquer possibilidade de independência da Colônia. Segundo, porque os colonos não viam a necessidade da criação desta instituição na Colônia, aqueles que tinham interesse no ensino superior deveriam procurar a Europa.

As primeiras universidades brasileiras, que surgiram apenas no século XX, buscavam copiar o modelo pedagógico de Coimbra, o que Almeida Filho (2008) considera irônico, uma vez que Coimbra possuía a estrutura mais arcaica entre as universidades europeias, pois cultuava a tradição da universidade escolástica², ou seja, além das instituições universitárias terem sido iniciadas tardiamente no país, ainda copiaram o que havia de mais atrasado na Europa (ALMEIDA FILHO, 2008).

No Brasil, ainda início do século XX, o modelo francês com influência germânica substituiu o monopólio intelectual português. Na década de 1930, dois projetos de universidade estiveram em disputa, o da Universidade de São Paulo e o

² Modelo marcado pela participação da Igreja Católica. A Escolástica era a chave para entender as coisas visíveis dos homens e o mundo invisível da revelação cristã, a partir das ideias de Platão.

da Universidade do Distrito Federal. O primeiro copiava matrizes europeias tradicionais, enquanto a segunda propunha uma universidade com identidade nacional. A primeira sagrou-se vitoriosa (ALMEIDA FILHO, 2008).

Uma tentativa de reforma do ensino superior brasileiro foi desenvolvida por Anísio Teixeira na Universidade de Brasília (UnB), em 1960. Nesta havia uma influência muito forte do modelo flexneriano norte-americano com ajustes a realidade do país. O que diferenciava a UnB das demais universidades era a adoção do regime de ciclos de formação geral, organização em centros com grandes áreas do conhecimento e sem cátedra vitalícia. Porém, este projeto foi impedido de prosseguir após o golpe de 1964, quando a UnB foi ocupada, teve docentes demitidos e Anísio Teixeira foi exilado (ALMEIDA FILHO, 2008).

Em 1968 buscou-se realizar a reforma universitária adotando o modelo norte-americano, porém grupos na universidade defendiam a manutenção do modelo europeu. Dessa forma, o que foi gerado foi uma estrutura mista, que segundo Almeida Filho (2008), mantinha o que havia de pior no velho regime e trazia o menos interessante do modelo flexneriano, criando um “Frankenstein acadêmico” (idem, p. 137).

A década de 1980 foi marcada pelo subfinanciamento das instituições universitárias no país, por conta da crise econômica na América Latina e a crise política paralela ao processo de redemocratização. Nos anos 1990 assistiu-se a um aumento no número de instituições de ensino superior privadas, graças a uma desregulamentação que abriu espaço para investimentos privados, numa nítida aceitação dos preceitos neoliberais.

Hoje temos o que Almeida Filho (2008) chama de (não) modelo brasileiro, que adota modelos de formação das universidades européias do século XIX, que já foram superados nos seus contextos de origem. Vivemos no presente

A velha universidade lusitana, com pitadas da cátedra franco-germânica, conseguiu sobreviver, qual um espírito obsessivo, entranhada na estrutura departamental das instituições públicas de ensino superior (ALMEIDA FILHO, 2008, p.182).

Para Silva e Castro (2014), após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.349/1996, o ensino superior brasileiro tem sofrido

mudanças significativas. Consideram que o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi um marco para esse processo, tendo em vista que foi a partir de sua gestão que começam a ser adotadas políticas neoliberais.

FHC adotou um discurso de modernização seguindo orientações de organismos internacionais, adotando, especialmente, a participação do setor privado. O Banco Mundial assume papel importante neste contexto, pois impunha condicionalidades para concessão de empréstimos, sendo algumas orientações seguidas pelo governo brasileiro na década de 1990, dentre elas o desenvolvimento das instituições privadas (SILVA; CASTRO, 2014).

Esse processo histórico levou ao modelo de ensino superior brasileiro no final do século XX: focado na formação profissional, setorizado, disciplinar, com a entrada através de seleção por mérito e consequente elitização das universidades públicas, especialmente nos cursos de maior prestígio social.

O ingresso ao ensino superior no Brasil pressupõe a transposição de algumas barreiras obrigatórias: conclusão do ensino fundamental, conclusão do ensino médio e o processo seletivo para a almejada vaga. O processo seletivo é por vezes justificado como um “exame de proficiência” para atestar que o estudante possui as condições mínimas para o ingresso no ensino superior. No entanto, este instrumento tem se constituído como um funil, pois o ensino superior público não disponibiliza vagas para todos aqueles que desejam, assumindo como critério de ingresso o mérito, independente de questões sociais, econômicas ou culturais.

Sobre o sistema de méritos, descreve Alves:

Quando nos reportamos à questão da democratização do ensino superior constatamos que poucos são os estudantes que, egressos do ensino médio, alcançam este direito. Os processos de seleção, de forma elitizada, privilegiam os que tiveram acesso às instituições privadas e, portanto, se encontram mais preparados para prestar os concursos vestibulares (ALVES, 2002, p.1).

Desde o início do século XXI pôde-se observar o surgimento e reformulação de ações afirmativas direcionadas ao ingresso nas universidades e faculdades brasileiras, bem como ações direcionadas a ampliação do número de vagas nos setores público e privado, fator que tem inferido no perfil do alunado. É possível

observar desde o ingresso de alunos de classes sociais mais baixas nos cursos de mais alto prestígio, estes que até pouco tempo eram quase que exclusivamente voltados para formação dos filhos da elite, até o ingresso de trabalhadores-estudantes³, que tinham seu ingresso nas instituições dificultado por conta da maior parte das aulas ocorrerem nos turnos matutino e vespertino.

De acordo com Censo do Ensino Superior 2013, neste mesmo ano o número de matrículas no ensino superior federal superou a marca de 1,13 milhões de matrículas, se comparada aos anos 2000 o número de matrículas mais que dobrou (BRASIL, 2013). Tal aumento é reflexo da implantação de estratégias como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Outras ações que têm contribuído para o ingresso de pessoas de origem popular ao ensino superior são: o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES); o Programa Universidade para Todos (PROUNI); e a Lei 12.711 (Lei de Cotas).

Para Silva e Castro (2014), a expansão do ensino superior no país tem se desenvolvido de três maneiras: expansão pela privatização; expansão pelo uso do ensino a distância e a expansão pelas universidades públicas. No que tange a expansão pela privatização pode-se destacar o FIES e o PROUNI como programas que têm contribuído para esse processo.

O FIES, Lei 10.260 de 12 de junho de 2001, concede financiamento de no mínimo 50% do valor dos encargos cobrados para estudantes do setor privado que não possuam condições financeiras de arcar com os custos da graduação. O programa apresenta um corte de renda de 20 salários mínimos mensais, de forma que grande parte da população pode ter acesso.

Apesar de ser implementado definitivamente em 2001, o Fies existe desde 1999, por esse motivo o mesmo não se configurou como algo novo, mas uma reconfiguração do crédito estudantil que já existia desde a década de 1970, o mesmo que em 1992 tornou-se o Crédito Educativo (MOREIRA, 2013).

³ Filho e Nery (2009) consideram que existem diferentes tipos de estudantes: estudantes de tempo integral, só estuda; estudante-trabalhador, apesar de trabalhar tem o estudo como principal atividade; e trabalhador-estudante, o trabalho é a sua atividade primária.

O PROUNI, Lei 11.096 de 13 de janeiro de 2005, disponibiliza bolsas de estudo integrais ou parciais em cursos de graduação em instituições de ensino privadas para estudantes oriundos da rede pública ou bolsistas integrais da rede particular. Para concorrer às bolsas integrais é necessário comprovar renda familiar per capita mensal de até um salário mínimo e meio. Já para as bolsas parciais, a renda familiar per capita deve ser de até três salários mínimos. As instituições que concedem as bolsas têm em contrapartida isenção tributária.

O processo de formulação do PROUNI foi marcado por forte influência dos representantes das instituições de ensino superior privadas. De acordo com Souza e Menezes (2014), a influência destes atores sociais na construção do programa fica evidente nas mudanças que ocorreram durante o processo de formulação, especialmente na redução da quantidade de bolsas e dos controles institucionais das exigências de investimento, sem reduzir a contrapartida do Estado.

O interesse das instituições privadas nesta política é compreensível diante da ociosidade de vagas que era observada nestas instituições. Entre os anos de 1993 e 2003 as vagas ociosas no ensino superior privado cresceram de 90 mil para 725 mil vagas (SOUZA; MENEZES, 2014). Nesse sentido, a adoção destas políticas, mesmo que divulgadas amplamente como estratégias direcionadas as classes populares, tem trazido grandes benefícios para os empresários do setor privado.

O incentivo a ações direcionadas ao ingresso via setor privado tem recebido críticas. Para Sampaio et al. (2013), não estamos assistindo a uma democratização do ensino, mas uma massificação, pois o direito a educação tem ficado em segundo plano e esta se transforma num serviço que se tem acesso mediante pagamento. Para as autoras, o maior entrave para universalização da educação superior é a escassez de vagas públicas que permitam o acesso e a permanência dos estudantes. O maior exemplo disso é a grande disparidade entre matrículas no setor privado e o público⁴.

Catani, Hey e Gilioli (2006) tratando sobre o PROUNI, mas utilizando uma perspectiva que também pode abarcar o FIES, consideram que este instrumento de

⁴ De acordo com o Censo do Ensino Superior 2013 o total de matrículas em nível de graduação na rede pública, incluindo instituições federais, estaduais e municipais, foi de 1.932.527, enquanto o setor privado foi de 5.373.450.

democratização do ensino superior desprestigia as instituições públicas e valoriza as privadas com qualidade duvidosa para alavancar os índices estatísticos e acobertar o déficit educacional no país.

O REUNI, decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, diferente dos programas supracitados, é direcionado as instituições de ensino públicas. Seu principal objetivo é ampliar o acesso e a permanência na educação superior, promovendo a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. Entre as diretrizes do programa estão à ampliação do aumento de vagas de ingresso, especialmente no turno noturno, e a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil (BRASIL, 2007).

Almeida Filho (2008) considera o REUNI o mais ambicioso programa dessa natureza já realizado no Brasil. Por outro lado, o programa sofreu forte oposição do movimento estudantil, movimentos sindicais e setores não governistas da Federação dos Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (LIMA, 2013). Atualmente o programa ainda sofre críticas a respeito de seu desenvolvimento nas instituições.

De Paula (2015) destaca que a meta de dezoito alunos/professor estabelecida pelo programa assume como parâmetro as instituições privadas, no entanto, estas últimas não possuem a mesma relação com o tripé ensino, pesquisa e extensão existente nas universidades públicas, o que acarreta a precarização do trabalho docente. Crítica também dirigida por Lima (2013) e Cislighi e Silva (2012).

Lima evidencia que:

A lógica imposta pelo Reuni – sua centralidade na expansão do ensino de graduação – constitui uma das expressões da precarização e da intensificação do trabalho docente; da certificação em larga escala e da quebra da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na atualidade (LIMA, 2013, p. 259).

Ademais, De Paula (2015) destaca que o REUNI propõe uma expansão de recursos para as universidades que não correspondem com a real necessidade de vagas e que subordina as universidades a atingirem determinadas metas para que possam receber recursos.

Cislaghi e Silva (2012) defendem que o REUNI está associado ao enquadramento das universidades a um padrão capitalista materializado nas propostas do Banco Mundial, possibilitando, entre outras coisas, a redução da qualidade do ensino e não garantindo princípios pedagógicos como o ensino presencial, condições de infra-estrutura adequadas, professores suficientes.

Silva e Castro (2014) destacam que a adoção do REUNI estabelece que a relação entre governo e universidade seja regida por contrato de gestão, havendo controle administrativo, uma autonomia universitária controlada pelo Estado e pelo mercado. A autonomia universitária fica restrita a escolha ou não da adoção do acordo.

Ainda que existam críticas ao programa é preciso não perder de vista os avanços que o mesmo tem possibilitado. O REUNI tem contribuído de forma decisiva para a expansão das vagas em IES públicas e com isso vem inserindo parcelas da sociedade que outrora não vislumbravam o acesso ao ensino público superior federal.

A Lei 12.711, mais conhecida como a Lei de Cotas, é outro instrumento que tem contribuído para a mudança do perfil dos universitários brasileiros. Esta lei dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estabelece que as instituições devam reservar, por curso e turno, no mínimo 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Destas, 50% devem ser reservadas a estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita*. Institui ainda que dentro deste percentual devem ser reservadas vagas para auto declarados pretos, pardos e indígenas, por no mínimo a proporção igual destes na população da unidade da federação onde está instalada a instituição (BRASIL, 2012). A respeito desta trataremos mais profundamente no próximo tópico.

A mudança do processo seletivo de vestibular para Exame Nacional do Ensino Médio⁵ (Enem) e a relação entre Enem e o Sistema de Seleção Unificada⁶

⁵ Criado em 1998 com a finalidade de avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica, passa em 2009 a ser utilizado como mecanismo de seleção para ingresso no ensino superior.

⁶ Sistema gerenciado pelo Ministério da Educação no qual IES oferecem vagas a candidatos que participaram do Enem.

(Sisu) também tem contribuído para esse novo panorama, uma vez que através do Sisu os estudantes que realizaram o Enem podem se inscrever em cursos de IES federais de qualquer parte do país. Dessa forma, estudantes de pequenas cidades que não contam com campus universitário podem realizar o processo seletivo sem se deslocar até a universidade desejada.

Ressalta-se que embora as ações apresentadas tenham aumentado o acesso ao ensino superior ainda não temos um ensino superior de massas. Ristoff (2014) mostra que no Brasil apenas 15,1% dos jovens em idade apropriada (18 a 24 anos) estão em instituições de ensino superior. Muito distante da meta estabelecida no Plano Nacional de Educação (2000), no qual a meta era de 30% dos jovens nesta faixa etária para o ano de 2010.

Seguindo o modelo de classificação de Martin Trow, sistemas de massa são aqueles que têm entre 16% e 50% dos jovens em idade apropriada em instituições de ensino superior. E só considera esse sistema de massas consolidado quando atingir entre 30% e 50%. A partir de 50% o sistema torna-se universal (RISTOFF, 2014).

O discurso sobre o aumento do acesso ao ensino superior tem sido repetido amplamente, o que de fato vem ocorrendo, porém os dados têm evidenciado que esta universalização ainda está longe da ideal. Além disso, não podemos perder de vista que a ampliação das vagas tem ocorrido especialmente por meio do fortalecimento das instituições privadas, em alguns casos de qualidade questionável, e a expansão das universidades públicas não tem ocorrido sem que sejam tecidas fortes críticas.

É relevante considerar que apenas a ampliação de vagas não torna possível a democratização desse nível de ensino, especialmente nas instituições públicas, que são consideradas de melhor qualidade e onde a disputa por vagas ao longo dos anos restringiu-se a um processo meritocrático que favorecia àqueles que tiveram melhores condições de vida e de ensino. Nesse sentido, ações afirmativas, especificamente a Lei de Cotas, surgem como um aspecto relevante para a democratização do espaço universitário. Essa discussão é o foco do próximo tópico.

2.2. Desigualdade de Acesso à Universidade e as Ações Afirmativas

A expressão Ação Afirmativa (AA) surgiu nos Estados Unidos nos anos 60, período permeado por reivindicações internas onde o Estado foi pressionado para além de garantir leis anti-segregacionistas, realizar ações de melhoria das condições da população negra. Na Europa as primeiras ações nesse sentido receberam o nome de “ação/discriminação positiva”. Nos diferentes países estas ações assumiram diferentes formas e seu público variou de acordo com as especificidades dos locais (MOEHLECKE, 2002).

O conceito de AA é proveniente do conceito de equidade, fundamentando-se no conceito de igualdade e proporcionalidade. Compensa no presente os obstáculos que membros de grupos sociais sofreram no passado, materializando-se através de programas que buscam aumentar a participação de sujeitos pertencentes a esses grupos em todas as esferas da vida pública (SANTOS; SANTOS; SAMPAIO, 2013).

De acordo com o Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra:

As ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo Estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros (GTI, 1997 apud REIS, 2013, p. 189).

Para Moehlecke a AA atua

como uma ação reparatória/compensatória e/ou preventiva, que busca corrigir uma situação de discriminação e desigualdade infringida a certos grupos no passado, presente, ou futuro, através da valorização social, econômica, política e/ou cultural desses grupos, durante um período limitado (MOEHLECKE, 2002, p. 203).

Nesse sentido, as AA têm em vista eliminar desigualdades acumuladas historicamente decorrentes de motivos raciais, de gênero, entre outros, assegurando acesso a bens, não apenas econômicos, e garantindo igualdade de oportunidades.

Existem diferentes mecanismos de AA no mundo, um dos mais conhecidos é o sistema de cotas que “[...] consiste em estabelecer um determinado número ou percentual a ser ocupado em área específica por grupo(s) definido(s) [...]” (MOEHLECKE, 2002, p. 199). Este modelo vem sendo usado no Brasil em diversos espaços e com segmentos sociais diversificados, por exemplo, partidos políticos assegurando uma participação mínima de mulheres (Lei 9.096 de 1995), reserva de vagas em concursos públicos para candidatos negros (Lei 12.990 de 2014) e deficientes (Lei 3.298 de 1999) e reserva de vagas para estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas (Lei 12.711 de 2012).

Esta última, a Lei 12.711, tem assumido papel fundamental no acesso de estudantes oriundos de escolas públicas, de famílias pobres, negros e indígenas no ensino superior, uma vez que reserva vagas por curso e turno em instituições de ensino superior públicas para esses grupos. A importância atribuída à educação como instrumento de ascensão social e desenvolvimento do país e o baixo acesso da população pobre e negra ao ensino superior brasileiro estão entre as justificativas que legitimam este tipo AA para ingresso no ensino superior (MOEHLECKE, 2002).

Outros fatores que justificam estas ações são as correlações percebidas nas instituições de ensino superior, a saber:

Via de regra, o estudante que tem pai com escolaridade superior vem também de família das duas faixas de renda mais elevadas, frequenta cursos com os mais altos percentuais de brancos e se origina da escola do ensino médio privado. Já no outro extremo, estudantes que não têm pais com escolaridade superior ou com alto rendimento, estudam em cursos com percentuais de brancos muito próximos ao da população brasileira e têm a sua origem escolar no ensino médio público (RISTOFF, 2014, p. 743).

Destaca-se que as AA possuem prazo determinado, devendo ser extintas no momento em que é alcançado o seu objetivo. A Lei 12.711, por exemplo, traz em seu artigo 7º: “O poder executivo promoverá, no prazo de 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, a revisão do programa [...]” (BRASIL, 2012, art. 7º).

De acordo com Heringer (2013) as primeiras ações de reserva de vagas em universidades públicas ocorreram em 2001 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e na Universidade Estadual da Bahia. Nos últimos anos as ações afirmativas vêm sendo ampliadas no país, tendo em vista que em 2011 por volta de 115 universidades já haviam adotado algum tipo de ação afirmativa, sendo as cotas adotada pela maioria.

Heringer (2013) destaca que estas políticas não foram adotadas sem questionamentos sobre a sua legitimidade e adequação aos princípios constitucionais da igualdade, especialmente no que tange as cotas raciais. No entanto, em abril de 2012, o Supremo Tribunal de Justiça julgou a constitucionalidade de cotas e a aprovou por unanimidade.

Entre as críticas que são dirigidas as cotas raciais está a ideia de que não existem raças, mas uma raça, a humana. A respeito da não existência de raças, Frias (2012) destaca que, em parte, os críticos estão corretos, pois estudos genéticos apontam que seres humanos não estão divididos por raças. No entanto, o autor indica que uso do termo não se relaciona com o genótipo, mas com o fenótipo, ou seja, está relacionado a características como a cor da pele e determinadas características físicas, o que está relacionado com o pertencimento a determinados grupos.

A defesa das AA, mais precisamente das cotas raciais, não é realizada apenas por um viés. Já apresentamos que o conceito de AA remete compensação no presente dos obstáculos que membros de grupos sociais sofreram no passado. Nesse contexto, a escravidão representa um ponto relevante para defensores das cotas raciais, para estes o período escravocrata tem relação com a situação de pobreza atual dos negros.

Frias (2012) defende que apenas a existência da escravidão não justifica a existência das cotas raciais como forma de reparação, por outro lado mostra estudos que evidenciam existir uma correlação entre raça, nível educacional e renda. Entre os pobres e pessoas com baixa escolaridade existem muito mais negros, em contra partida, entre os ricos e pessoas com alta escolaridade existem muitos mais brancos. O autor ressalta não é necessário olhar para trás para defender as cotas raciais, pois é evidente que a desigualdade social no país é marcada por uma

desigualdade racial, havendo um grupo prejudicado. Dessa forma, é necessário que sejam criadas estratégias para aqueles que estão em pior situação por fatores que estão além do seu controle, ou seja, criar estratégias para corrigir a desigualdade presente.

Leite (2011) denomina as AA como políticas particularistas. Destaca que a ofensiva neoliberal ocorrida nas últimas décadas exigiu uma reconfiguração do Estado. Nesta reconfiguração a classe social tornou-se nula para os movimentos sociais e estes passaram a atuar sobre grupos específicos, que, segundo a autora, são deslocados da totalidade social. A autora considera que as AA são “esmolas oficializadas” (p. 29) e funcionam como um instrumento de divisão da classe trabalhadora, por sua característica fragmentadora que faz perder o horizonte de luta coletiva.

De acordo com Leite,

A decisão política de “reparar” os danos sofridos por seguimentos sociais não devem implicar em um conjunto de políticas ditas “afirmativas”. Nem, tampouco, a luta em defesa de políticas específicas que acarretem a subestimação da necessidade de promover realmente uma luta em benefício destes grupos, até porque este argumento mistifica e escamoteia a verdadeira gênese: a desigualdade de classe que se deseja ver perpetuada (LEITE, 2011, p. 29).

A observação de Leite no que tange a percepção sobre as AA enquanto políticas particularistas é acertada, uma vez que há uma focalização em sujeitos específicos e em alguns grupos a luta por um outro sistema político e econômico fica em segundo plano, o que na percepção da autora deveria representar a luta coletiva e prioritária. Compreende-se também que as desigualdades que fazem emergir a necessidade da existência de AA são gestadas fora das universidades e que apenas mudanças no acesso a estes espaços são insuficientes para uma mudança geral.

Por outro lado, compreende-se que uma luta não anula a outra e que a ocupação destes espaços, anteriormente restritos a elite, especialmente no Brasil, é de grande relevância. A universidade é espaço privilegiado de acesso, discussão e divulgação da informação, e tem se tornado espaço de resistência e fortalecimento para grupos socialmente excluídos e discriminados. Com a democratização da

universidade esta poderá estar na vanguarda, ou contribuir de forma contundente, para a concretização de demandas de toda a população, especialmente de grupos que tiveram suas demandas esquecidas ao longo dos últimos cinco séculos.

Coelho (2012) chama-nos atenção de que as políticas sociais são instrumentos para tentar aliviar as contradições geradas pelo capitalismo, sendo executadas pelo governo para garantir a governabilidade, sendo carregadas de um caráter ideológico e historicamente a serviço da classe dominante. Ao mesmo tempo nestas políticas estão contidas possibilidades de luta para expansão da autonomia popular.

Apesar das críticas, a Lei de Cotas tem evidenciado a sua relevância para democratização do ensino superior no país, revelando-se ser capaz de alterar o perfil do alunado das instituições de ensino superior, criando um melhor reflexo dentro da universidade da sociedade que vista fora dela (SANTOS, SANTOS, SAMPAIO, 2013; RISTOFF, 2014).

Apesar de representar um passo de grande importância para equidade no ensino superior brasileiro é necessário que sejam observadas outras variáveis nesse processo, com o fim de que a lei seja assegurada àqueles que realmente necessitam dela. Nesse sentido é preciso perceber que ao definir reserva no ensino superior para escolas públicas sem restrições, se estabelece uma competição desigual, especialmente nos cursos de maior prestígio social. Estudantes de escolas técnicas federais de nível médio, dos colégios militares e dos colégios de aplicação das universidades públicas têm, em geral, melhores condições de disputar as vagas reservadas do que os demais estudantes de escolas públicas dos sistemas estaduais de ensino.

2.3 O novo perfil dos universitários brasileiros e a necessidade de repensar a universidade: o olhar sobre a permanência

Os citados programas e políticas representam novas estratégias de entrada em instituições de ensino superior, estas que têm avançado não apenas no aumento

de vagas, mas também na democratização do acesso a estas instituições. Ainda que essas ações não tenham sido suficientes para realizar uma real democratização/universalização da universidade brasileira, possibilitando a todos e todas que desejarem o ingresso no curso de sua preferência, é possível observar um avanço no acesso à universidade por grupos historicamente excluídos.

Ristoff (2014) realizou um estudo com o objetivo de conhecer a mudança no perfil sócio econômico dos estudantes de graduação utilizando os dados do questionário sócio econômico do Enade. As dimensões analisadas foram: cor do estudante, renda mensal da família, origem escolar, e a escolaridade dos pais. Os dados da pesquisa mostraram que está ocorrendo um processo de correlação entre a população observada na sociedade e a população observada na universidade, especialmente nos cursos que gozam de maior prestígio social onde a discrepância era maior. Observou um aumento no número de pretos e pardos, jovens com menor renda e estudantes oriundos do ensino médio público. Outrossim, evidenciou que ser filho de pais com escolaridade superior vem deixando de ser requisito indispensável para o ingresso na graduação.

Pesquisa realizada na Universidade Federal da Bahia mostrou como as ações afirmativas vêm contribuindo para a mudança do perfil do alunado. Ao comparar dados do Questionário Socioeconômico e Cultural dos anos 2004 e 2011 pode-se perceber um maior ingresso de alunos preto/pardo de 61,2% para 73,6% em todos os cursos. Em cursos de alto prestígio⁷ o aumento foi de 54,9% para 68,7%. O aumento no número de ingressantes com renda familiar de até três salários mínimos passou de 14,7% para 39,3% e em cursos de alto prestígio de 5,8% para 27,8% (SANTOS, SANTOS, SAMPAIO, 2013).

Este novo perfil dos estudantes que ingressam nas instituições públicas de ensino superior deve ser colocado em pauta e estratégias para sua permanência na universidade devem ser implementadas, pois representam um novo público, com novas necessidades e que demandam novas políticas. É necessário pensar a

⁷ Os cursos considerados de alto prestígio são: Medicina, Direito, Odontologia, Administração, Processamento de Dados, Engenharia Elétrica, Psicologia, Engenharias Civil, mecânica e química, e Arquitetura.

permanência não apenas como sobrevivência na universidade, mas uma permanência qualificada.

Aumentar as possibilidades do acesso a IES é o primeiro passo para se alcance equidade no ensino superior, mas é insipiente em uma sociedade com grandes desigualdades sociais e econômicas. Conforme destaca Nascimento (2013) “Sabe-se que a escola é uma expressão da sociedade e sendo demarcada no contexto capitalista abriga as contradições inerentes à dinâmica do desenvolvimento capitalista”. Ao considerar que se abrem as portas das IES para estudantes com novas características é necessário pensar de que forma estes estudantes poderão vivenciar a universidade em sua plenitude.

Para Heringer (2013), apesar do sucesso das políticas de acesso, alguns problemas persistem. Um destes é a dificuldades de estudantes oriundos de famílias com menor renda de se manter na universidade, pois as políticas de permanência têm sido insuficientes para atender toda a demanda. Junior (2013) considera que a adoção de cotas nas universidades públicas suscita que estas transcendam a execução de suas atividades fins, o ensino, pesquisa e extensão, impondo-lhes a necessidade de gestar e executar medidas para viabilização da permanência dos estudantes, de forma que seja garantida a possibilidade de ser universitário.

Tendo por base essa nova realidade das universidades “as cotas sociais e a assistência estudantil são dois elementos intrinsecamente relacionados” (JUNIOR, 2013, p. 74). Enquanto a primeira dá conta do ingresso a segunda possibilita a permanência. As duas ações complementam-se e são essenciais, pois “[...] Em condições adversas, o desempenho acadêmico é desigual. Os estudantes das classes C, D, E não dispõem de recursos para suprirem suas necessidades básicas e, ainda menos, para as despesas típicas do universitário” (ANDIFES, 2007, p. 8).

Portes e Sousa entendem política de permanência como direito:

[...] direito que todo estudante proveniente dos meios populares que entrou na universidade pública [...] tem de ter condições materiais, físicas, mentais e culturais que permitam o desenvolvimento de seu aparato cognitivo e cultural que possibilitam o acesso ao conhecimento [...] *[sem se sentir]* discriminado em função do conhecimento que não pôde adquirir por ter vindo de uma escola pública [...] por não possuir condições materiais suficientes para se

dedicar à preparação para a vida universitária, para gozá-la na sua plenitude (PORTES; SOUZA, 2013, p. 74 [grifo nosso]).

Ações de permanência assumem papel essencial para equidade no ensino superior, pois sem estas os grupos que tiveram o direito ao ensino superior negado ao longo da história permanecerão a ter esse direito negado, no entanto, uma negação acortinada pela ampliação de chances do ingresso nas IES.

De acordo com Nascimento (2013) deve haver uma problematização sobre o conceito de necessidades, uma vez que as políticas de permanência tem se justificado pelo provimento das condições necessárias à permanência dos estudantes. Reis (2013) chama-nos a atenção para existência de dois tipos de permanência: a material, que diz respeito às condições objetivas de existência; e a simbólica, caracterizada como as possibilidades que os estudantes têm de vivenciar a universidade, identificar-se com outros estudantes e ser reconhecido por eles, pertencendo ao grupo.

É preciso compreender as necessidades do estudante, não apenas do sujeito como estudante, mas também do estudante enquanto sujeito. Do estudante que existe para além da sala de aula e que tem associado ao sonho de ingressar na universidade um caleidoscópio de questões. A vida universitária ultrapassa alimentar-se, ter moradia e assistir aulas em horários pré-determinados. Esta é permeada também por grupos de pesquisa e extensão, participação em eventos, discussões em espaços sociais da universidade, relação com movimentos sociais, possibilidade de estudar com tranquilidade, o lazer, a relação com a comunidade acadêmica e a família, a saúde, a qualidade de vida, entre outros.

Nesse sentido, a permanência não deve tratar apenas da sobrevivência do estudante, é necessário possibilitar a vivência plena dessa experiência. Os estudantes não devem sobreviver à sua passagem pela universidade, devem viver a passagem pela universidade, levando consigo o melhor desta experiência.

Para Silveira (2012) a política de permanência deve ser vista como um investimento, uma vez que é responsável por contribuir para capacitar os sujeitos, estes que futuramente ocuparão papéis estratégicos na sociedade. Concomitante, é importante refletir que estes mesmos estudantes que vivenciaram a relevância de

políticas para a permanência na universidade, poderão ser os futuros formuladores de políticas de permanência.

É necessário que os sujeitos não tenham que escolher entre as condições objetivas de sua sobrevivência e a possibilidade de permanência nas universidades, é relevante que não sejam impedidos de ingressar na universidade por não terem com quem deixar seus filhos, por dificuldades em se locomover para a universidade, dificuldades em acompanhar os conteúdos programáticos por conta de um longo período afastado dos estudos. Por motivos como estes, e poderiam ser citados muitos outros, que a permanência não pode se resumir ao acesso a bolsas destinadas a cobrir o mínimo necessário.

A democratização da instituição universitária, na sociedade capitalista e num país com graves desigualdades socioeconômicas, ocorrerá não apenas pela ampliação de vagas nas instituições públicas e criação de AA que assegurem o ingresso de grupos específicos, é indispensável que sejam criados mecanismos que assegurem a permanência daqueles que nela ingressam, reduzindo as desigualdades entre os estudantes.

3. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

3.1. Assistência Estudantil no Brasil: um breve histórico

Para Costa (2010), a assistência estudantil (AE) no Brasil divide-se em dois momentos. O primeiro compreende a fase em que foi criada a Casa do Estudante Brasileiro (1928) até o final da década de 1980. O segundo é desde a promulgação da Constituição Federal de 1988.

A Casa do Estudante Brasileiro foi a primeira experiência de AE do governo brasileiro, esta era localizada em Paris e destinada a auxiliar estudantes que tinham dificuldades em fixar residência (COSTA, 2010). Fica evidente que a Casa do Estudante Brasileiro não era destinada a qualquer estudante, e dissocia-se da função social que a AE assume na atualidade.

Na década de 1930 são observadas duas manifestações de AE, ambas no Rio de Janeiro. A Casa do Estudante do Brasil, um casarão com moradia e restaurante popular e a Cidade Universitária que tinha como objetivo ser moradia estudantil e contava com uma estrutura com restaurante, biblioteca, piscina e salões para atividades de professores e alunos.

Durante o governo Vargas a Casa do Estudante do Brasil passou a receber grandes doações do governo federal, pois o governo buscava apoio dos jovens universitários. Posteriormente tornou-se a sede administrativa da União Nacional dos Estudantes (UNE), organizando a biblioteca, o serviço de saúde e a residência estudantil, além de promover a assistência jurídica, a concessão de bolsas e a distribuição de cargos empregatícios. Em 1938 a aliança UNE e Casa do Estudante é rompida por divergências de opinião (COSTA, 2010).

Na década de 1970 foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), este era vinculado ao MEC e tinha a pretensão de manter uma política de assistência estudantil para a graduação com ênfase para programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológica, mas foi extinto nos governos subsequentes (COSTA, 2010).

É importante destacar que no decorrer desse período ocorreram em diferentes universidades experiências de AE focalizadas e dependentes da sensibilidade dos gestores destas instituições. Como exemplo, Portes e Souza (2013) destacam que em Minas Gerais, em 1927, na Universidade de Minas Gerais, houve uma estrutura de AE, mas esta não foi desenvolvida por uma iniciativa do Estado e sim por ações individuais baseadas na filantropia.

Para Costa (2010), a AE no Brasil até o final da década de 1980 vislumbrava atender as necessidades básicas do aluno para se manter na universidade, materializando-se especialmente como moradia estudantil e restaurante universitário, de forma a desconsiderar a existência de problemas de outra natureza que pudessem colaborar para evasão. A partir da Constituição Federal de 1988 pode-se observar outra realidade e o assunto passa a ser tratado como algo emergencial. De forma que dirigentes de universidade, pesquisadores, movimentos sociais e membros do governo passam a dar mais importância para o acesso e para a permanência no ensino superior.

O período de transição democrática foi marcado por grandes discussões e elaborações de leis que tinham em vista à democratização dos direitos sociais, nesse contexto emergiu o problema da desigualdade na educação superior. A princípio o acesso foi considerado o principal problema, com o avançar das discussões constatou-se que era necessário também oferecer condições de permanência investindo em assistência estudantil (Idem).

Em 1987 o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) é criado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) com o objetivo de debater sobre AE na busca de estabelecer políticas nacionais voltadas para o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos. O momento de criação da FONAPRACE coincidiu com a fase de redemocratização do país (ANDIFES, 2007).

Contudo, é importante salientar que a formulação de uma política pública é um processo longo e permeado por disputas de interesses. Isso fez com que, apesar dos debates em torno do assunto, na década de 1990, houvesse poucos recursos para custear a assistência estudantil nas universidades [...] as ações que prevaleciam era destinadas a sanar as necessidades básicas dos

alunos de baixa renda como moradias estudantis e restaurantes universitários (COSTA, 2010, p. 63).

Em 1996-1997 e 2003-2004 o FONAPRACE realizou estudos e identificou as dificuldades socioeconômicas como uma das causas da evasão e retenção dos alunos. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (2007), fazendo uso dos dados das pesquisas do FONAPRACE, surge com o objetivo de apresentar diretrizes norteadoras para definição de projetos e programas que contribuam para permanência e conclusão do curso por parte dos estudantes carentes, buscando contribuir para inclusão social, melhoria do desempenho acadêmico e de qualidade de vida.

Neste documento é destacado que a não definição de recursos para AE faz com que estes retardem a conclusão do curso e até desistam dele. Dessa forma, para que se tenha acesso a uma vida acadêmica de sucesso é necessário que se reduzam as desigualdades dentro da universidade. Este investimento deve atender às necessidades básicas de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura, lazer, inclusão digital, transporte, apoio acadêmico e outras condições (ANDIFES, 2007).

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (2007), elaborado pelo ANDIFES, passou a ser adotado pelo MEC como política que visava à permanência dos estudantes. Nos estudos realizados pelo FONAPRACE foram apontados cinco fatores que seriam fundamentais para a permanência na graduação: permanência; desempenho acadêmico; cultura, lazer e esporte; assuntos da juventude (COSTA, 2010).

Em 2010 é implementado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. O programa é fruto do Plano Nacional de Assistência Estudantil e apresenta maiores detalhes a respeito de como a assistência estudantil deve ser desenvolvida na universidade.

3.2. PNAES: A Nova Fase da Assistência Estudantil no Brasil

O PNAES em seu artigo 1º aponta que sua finalidade é ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Tendo como objetivos: I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e VI – contribuir para promoção da inclusão social pela educação.

As ações do PNAES devem ser desenvolvidas nas universidades nas áreas de: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Apesar de o decreto em seu artigo 3º estabelecer que caberá a instituição de ensino definir os critérios de seleção para os benefícios, em seu artigo 5º fica definido que serão atendidos prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação ou com renda per capita de até uma salário mínimo e meios.

No que tange a este recorte Sposati e colaboradores ressaltam que vivemos um período de avanço neoliberal no Brasil e a elaboração de políticas públicas afasta-se, por exemplo, dos critérios de uniformização, universalidade e unificação da políticas pensadas no Welfare State (SPOSATI et al., 1989 apud NASCIMENTO, 2013). Nascimento (2013) destaca que a assistência estudantil possui duas faces a inclusiva e a da exclusão, pois muitos estudantes que tenham perfil para acessar a política, não encontram vagas, deixando a mercê das dificuldades de permanência.

Para Cislghi e Silva (2012) esse recorte, além de levar a uma divisão entre estudantes pobres e supostamente ricos, exclui uma parcela de estudantes que necessitariam do auxílio para dedicar-se exclusivamente aos estudos. Nesse sentido é promovida a focalização das ações nos que mais precisam entre os que precisam, o que descaracteriza a educação como direito universal.

Cislghi e Silva destacam ainda que

Independente de alguns avanços terem sido conquistados na ampliação de garantias materiais objetivas em algumas universidades e para alguns estudantes, não se pode perder de vista

a perspectiva da universalidade no compromisso da assistência estudantil como direito, a partir de equipamentos coletivos com a participação democrática dos estudantes na gestão, garantindo a autonomia universitária na utilização dos recursos e recursos suficientes para as necessidades locais. Abrir mão disso é cair no canto da sereia do neoliberalismo, o que estrategicamente enfraquece a perspectiva de direito à educação e fortalece o discurso privatizante dos opositores da universidade pública (CISLAGHI; SILVA, 2012, p. 508).

As despesas do PNAES correrão à conta de dotações orçamentárias anualmente consignadas as IFES, por dotação orçamentária entende-se toda e qualquer verba prevista como despesa em orçamentos públicos e destinada a fins específicos. Nesse sentido, através do programa passa-se a estabelecer recursos financeiros específicos para a assistência estudantil para manutenção de programas existentes e criação de novos.

Para Magalhães (2013) o PNAES decorre da necessidade de minimizar a retenção e evasão nas universidades o que gera altos custos, bem como cumprir as metas de elevação de taxas de conclusão nas universidades públicas. Nesse sentido representando apenas um instrumento para o bom andamento e conclusão da graduação.

A pouca relevância dada ao tema da AE enquanto política pública de caráter nacional no último século pode ter ocorrido por conta do baixo número de estudantes oriundos de classes populares. Atualmente o PNAES representa fator de suma importância para assistência estudantil, uma vez que representa financiamento específico para estas ações.

Apesar de configurar-se como uma política essencial para os estudantes de origem popular, o processo de implementação do PNAES não se deu de forma harmoniosa e sem lutas, nesse contexto o FONAPRACE assumiu papel importante, conforme pode-se observar no relato de Thérèse Hoffmann:

Naquela época, o Fórum estava em um momento de autocomiseração. As reuniões eram quase como uma terapia de grupo onde muitos reclamavam que não eram respeitados nas instituições e que as ações de assistência estudantil não eram consideradas estratégicas pelos reitores. Os assuntos do FONAPRACE sempre foram os que mais causavam dor de cabeça nas instituições, ou seja, os restaurantes universitários, as bolsas de

permanência e os alojamentos estudantis. Resolvemos mudar este quadro e começamos a agir de forma estratégica e profissional... Nossas ações se intensificaram e começamos a discutir a inclusão de recursos para a assistência estudantil no Plano Nacional de Educação. Começamos a fazer reuniões em Brasília, onde sempre tínhamos pauta no Congresso Nacional e no MEC [...] Conseguimos mostrar que a assistência estudantil era investimento estratégico para minimizar os impactos na evasão e retenção [...] conseguimos dar a base do que veio a ser instituído como o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (ANDIFES, 2012).

O PNAES representa um avanço no que tange a política de assistência e permanência dos estudantes nas instituições de ensino superior, no entanto, como destaca Nascimento (2013), um dos elementos que a caracterizam no interior das instituições é a focalização e seletividade, defendendo que deve haver a defesa da universalidade do acesso a bens e serviços com primazia para a qualidade.

4. O PAPEL DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PROMOÇÃO DA SAÚDE NA UNIVERSIDADE

4.1. O que é Promoção da Saúde?

A análise do processo saúde-doença evidencia que a saúde é resultado dos modos de organização da produção do trabalho e da sociedade em determinado tempo histórico. Nesse sentido, o modelo de atenção centrado nos sintomas e respaldado no aparato biomédico não consegue modificar o processo de saúde-adoecimento (BRASIL, 2010b). Em contraponto ao modelo biomédico observa-se a concepção ampliada da saúde e de seus determinantes, considerando que para manter-se saudável os indivíduos necessitam de situação social, econômica e cultural favoráveis, ambiente saudável, alimentação adequada, prevenção de problemas específicos de saúde e informação (BUSS, 2002).

Ainda no sentido de transpor a saúde como oposição de doença, outros aspectos que podem influenciar no processo saúde-adoecimento são: situações estressantes, pois estas fazem as pessoas se sentirem preocupadas e ansiosas; exclusão social como racismo, discriminação, estigmatização e homofobia; e relações sociais. As amizades tratam-se de um suporte social que tem efeito de proteção sobre a saúde, porque as pessoas se sentem seguras e cuidadas (GONÇALVES, 2010).

Para Buss (2000) a principal resposta aos problemas de saúde têm sido investimentos crescentes em assistência médica curativa individual, porém, para que se alcance um perfil elevado de saúde é necessário que se vá além do acesso a serviços médicos-assistenciais de qualidade, é necessário enfrentar os determinantes da saúde em toda a sua amplitude. Ainda de acordo com o mesmo, o que caracteriza a promoção da saúde é a constatação do papel protagonista dos determinantes gerais sobre as condições de saúde.

O conceito de Determinantes Sociais da Saúde (DSS) surge a partir da percepção da limitação das intervenções orientadas pelo risco de doença,

explicando a maior parte das iniquidades em saúde, tendo como base documentos publicados ao longo dos anos 1970 e 1980 (NOGUEIRA, 2012). Por iniquidades em saúde entende-se: “[...] desigualdades de saúde entre grupos populacionais que, além de sistemáticas e relevantes, são também evitáveis, injustas e desnecessárias [...]” (WHITEHEAD, 2000, apud BUSS; FILHO, 2007, p. 80).

Para a OMS

[...] A maior parte da carga de doenças [...] acontece por conta das condições em que as pessoas nascem, vivem, trabalham e envelhecem. Chamamos esse conjunto de “determinantes sociais da saúde”, um termo que resume os determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais da saúde (OMS, 2011, p. 14).

A Comissão Nacional de Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS) adota uma conceituação mais extensa e mais explicativa. Para esta os DSS são os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco a população (BUSS; FILHO, 2007).

A Promoção da Saúde (PS) coloca-se como campo de conhecimento e de prática para a saúde e qualidade de vida pensada a partir de uma concepção positiva de saúde, de uma ampla concepção do processo saúde-adoecimento e de seus determinantes. Nos últimos 40 anos a PS vem se apresentando como uma estratégia promissora para enfrentar problemas de saúde que afetam as populações.

No século XIX o movimento sanitário na Europa e na América do Norte viveu um momento dourado graças a seu êxito para diminuir a tuberculose e os surtos de cólera. Progressos no campo médico como a difusão da vacina contra a varíola, a identificação do microorganismo causador da cólera e o desenvolvimento da teoria dos germes, desloca o pensamento que relaciona o ambiente físico e social com a saúde para patógenos concretos, assim a doença passa a ser unicausal, com o germe originando cada etiologia (SANTOS; WESTPHAL, 1999).

Tais mudanças deram origem ao Relatório Flexner (1910), que passou a ser hegemônico no campo da saúde. Este consolida-se como o paradigma até hoje

vigente, onde o principal elemento é o curativismo, ou seja, a busca da cura do indivíduo que manifesta alguma doença.

Destacam-se neste paradigma outros elementos como: mecanicismo, uma causa atuando num corpo produz um efeito; unicausalidade, uma causa produzindo um efeito; biologicismo, as doenças e suas curas ocorrem no nível biológico; individualismo, o objeto das ações é o indivíduo, tratado por outro indivíduo (SANTOS; WESTPHAL, 1999).

A OS questiona o paradigma flexeneriano. Um dos primeiros autores a usar esta expressão PS foi Sigetist, em 1946. Ele definiu as quatro tarefas essenciais da medicina e dentre elas a PS. Afirmou que a saúde é promovida ao se possibilitar condições de vida, trabalho, educação, cultura física e formas de lazer decentes, já destacando a necessidade de um esforço coordenado entre políticos, setor privado, educadores e médicos (BUSS, 2000).

Leavell e Clark em 1965 utilizaram o termo PS como um dos níveis da prevenção de doenças. A PS seria parte da prevenção primária, com medidas com vista a desenvolver uma saúde geral melhor. A educação em saúde foi colocada como elemento importante para cumprir esse objetivo. Ademais, bom padrão nutritivo, ótimo desenvolvimento da personalidade, educação sexual, moradia adequada e lazer. Sendo um modelo centrado no indivíduo, com uma projeção para a família ou grupos (BUSS, 2000).

Vasconcelos (2013, p. 23) destaca que a discussão sobre PS incorpora diversas “tendências, expressando tensões políticas e teóricas”. Podem ser observadas perspectivas voltadas para os estilos de vida, para as condições de vida, aquelas que fortalecem o neo-liberalismo, o social-liberalismo, outras que opõe-se veementemente ao capitalismo, compondo um verdadeiro “caleidoscópio”, nas palavras da autora.

A consolidação do termo PS tem sua raiz no Canadá, mais especificamente no Informe Lalonde (1974). O documento intitulado “A New Perspective on the Health of Canadians” foi elaborado pelo então Ministro da Saúde do Canadá Marc Lalonde e destacava que os esforços para melhorar a saúde estavam focalizados no cuidado médico, mas quando se verificava as principais causas de adoecimento e

morte no país a origem estava em outros componentes, a saber: biologia humana, meio ambiente e estilo de vida (BEKER, 2001).

O Informe Lalonde é criticado por ter suas ações direcionadas ao estilo de vida, mas torna-se importante levar em consideração o país foco de suas ações, uma vez que a realidade social e econômica é diferente de países como o Brasil. Por outro lado, sua replicação em outros países sem qualquer análise de contexto deve ser criticada.

Outro acontecimento que corroborou para a abordagem positiva da saúde foi a observação de especialistas da OMS (1973-1974) na China Nacionalista após sua abertura ao mundo exterior. Em visita ao país foram observadas ações de cuidado a saúde que extrapolavam a abordagem curativista através de um conjunto de atividades para melhoria da saúde, especialmente no ambiente rural, entre elas: organização da comunidade local; promoção de campanhas de saúde visando substituir velhos costumes; promoção de indústrias caseiras; entre outros (BRASIL, 2002).

As atividades eram desenvolvidas por Comitês Comunitários que envolviam distintos segmentos da população sob a orientação dos responsáveis pela saúde. Estes tinham a responsabilidade de programar e atribuir os recursos disponíveis para realização das ações. De posse dessas informações a OMS tinha em vista publicar um livro evidenciando esta abordagem, no entanto, os relatos foram publicados apenas parcialmente, pois as autoridades chinesas consideravam que a experiência ainda não era madura o suficiente para ser divulgada (idem).

As ideias divulgadas foram aproveitadas em 1978 quando a OMS em colaboração com o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) realizou a I Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, que ocorreu em Alma-Ata. A Declaração de Alma-Ata amplia a visão de cuidado da saúde para além do setor saúde e passa a envolver a população. As conclusões e recomendações resultantes desta conferência reforçaram os defensores da estratégia de PS (BUSS, 2000).

Em 1980, na Inglaterra, o Relatório de Sir Douglas Black toma atenção internacional trazendo uma abordagem social da PS que mostrava a relação entre classe social e indicadores de morbi-mortalidade. Na América Latina a mesma visão

já vinha sendo disseminada, porém o que foi produzido no Terceiro Mundo não alcançou maior repercussão (BRASIL, 2002).

Ao longo da década de 1980 ocorreram conferências onde conceitos como contexto social, políticas públicas saudáveis e cidade saudável foram discutidos (BRASIL, 2002). Tais discussões levaram a realização da I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde (1986) que teve como produto a Carta de Ottawa. Esta conferência foi um marco para PS mundial e a Carta de Ottawa tornou-se referencial básico para desenvolvimento da PS no mundo contemporâneo.

Na Carta de Ottawa a PS é conceituada como:

Promoção da saúde é o nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente. A saúde deve ser vista como um recurso para vida, e não como objetivo de viver. Nesse sentido, a saúde é um conceito positivo, que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. Assim, a promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global (BRASIL, 2002, p. 19).

Na Carta são destacadas as condições e os recursos fundamentais para a saúde, são estes: paz, habitação, educação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade (BRASIL, 2002). Observa-se ainda que a promoção da saúde demanda uma ação coordenada entre diferentes partes: governo, setor saúde e outros setores sociais e econômicos, organizações voluntárias, autoridades locais, indústria, mídia, bem como, indivíduos, famílias e comunidades. Esta ação deve adaptar-se às necessidades locais de cada país ou região.

Na carta são definidos cinco campos da PS, a saber: políticas públicas saudáveis; criação de ambientes favoráveis; reforço da ação comunitária; desenvolvimento de habilidades pessoais; e reorientação dos serviços de saúde (BRASIL, 2002).

Outras conferências foram realizadas após Ottawa, estas vieram a reforçar pontos destacados na I Conferência:

- II Conferência - Declaração de Adelaide sobre Políticas Públicas Saudáveis – (1988);
- III Conferência - Declaração de Sundsvall sobre Ambientes Favoráveis a Saúde (1991);
- IV Conferência – Declaração de Jacarta sobre a Promoção da Saúde no Século XXI em diante (1997);
- V Conferências – Declaração do México sobre a Promoção da Saúde: Rumo a Maior Equidade (2000);
- VI Conferência – Declaração de Bangkok sobre a Promoção da Saúde num Mundo Globalizado;
- VIII Conferência – Declaração de Helsinque sobre a Saúde em todas as Políticas.

A concepção de PS traz em seu bojo diferentes concepções teóricas, bem como interesses políticos. A partir da análise da forma como estão sendo desenvolvidas as ações é possível perceber a qual tendência se relacionam, ainda que, em alguns casos, tal escolha não é intencional, mas simplesmente relacionada a uma confusão oriunda da amplitude do tema.

As ações de PS podem ser divididas em dois grupos. O primeiro com atividades dirigidas à transformação dos comportamentos dos indivíduos, ou seja, voltada para os estilos de vida. Neste caso as atividades concentram-se em componentes educativos, buscando alterar comportamentos individuais como o hábito de fumar e hábitos alimentares. O segundo entende que a saúde é produto de um amplo conjunto de fatores incluindo alimentação, habitação, saneamento, boas condições de trabalho, oportunidades de educação ao longo de toda a vida, ambiente físico limpo, apoio social para famílias e indivíduos, estilo de vida responsável, entre outros. Nesse sentido, suas ações diferenciam-se do primeiro grupo, de forma que estão voltadas ao coletivo de indivíduos e ao ambiente, ao contexto social, político, econômico e cultural. Atuando através de políticas públicas e de condições favoráveis ao desenvolvimento da saúde e do reforço da capacidade dos indivíduos e das comunidades (BUSS, 2000).

A primeira perspectiva tende a culpabilizar os sujeitos por sua situação de saúde ou doença, não levando em consideração o contexto em que os sujeitos estão inseridos em seu cotidiano. A sua atuação centra-se na busca pela adoção de um novo estilo de vida considerado saudável, onde o sujeito deve assumir uma nova postura diante dos fatores de risco. Em países com grandes desigualdades sociais a adoção desse tipo de ação pode representar um grande equívoco, pois desconsidera a influencia dos determinantes sociais sobre a saúde.

No entanto, não é raro identificar propostas desse tipo no cotidiano dos serviços de saúde. As pessoas são convocadas a se alimentar bem, a praticar exercícios físicos, para citar alguns exemplos, sem que seja pensada a realidade social em que o sujeito está inserido. De acordo com Czeresnia (s/d), tal proposta apresenta uma concepção de autonomia dos indivíduos na qual há uma tendência a diminuição das responsabilidades do Estado seguindo a cartilha neoliberal.

A segunda perspectiva leva em consideração o contexto em que estão inseridos os sujeitos. Preocupa-se como condições exteriores ao sujeito que influenciam na sua situação de saúde. Nesta perspectiva a saúde não depende apenas do setor saúde, mas de um conjunto de políticas localizadas em diferentes setores que possibilitem ao sujeito desenvolver todo o seu potencial de saúde, assim, a intersectorialidade é considerada um dos pontos essenciais dessa perspectiva. No entanto, não desconsidera o papel dos sujeitos nesse processo trabalhando com a ideia de responsabilidade múltipla, seja pelos problemas ou pelas soluções.

A PS adota como princípios a concepção holística, equidade, a intersectorialidade, o empoderamento, a participação social, as ações multi-estratégicas e a sustentabilidade (WHO, 1998).

- Concepção holística: intervenção sobre os determinantes gerais da saúde, promovendo a saúde física, mental, social e espiritual;
- Empoderamento: processo de capacitação para que as pessoas e as comunidades possam ter maior controle sobre os fatores pessoais, econômicos e ambientais que afetam sua saúde;

- Equidade: proposição de ações que caminhem na direção de reduzir as desigualdades sociais pela priorização de intervenções nos seguimentos com piores condições de vida;
- Intersetorialidade: colaboração entre múltiplos setores para conclusão de um ou mais objetivos;
- Multi-estratégias: o uso de uma variedade de abordagens;
- Participação social: participação dos interessados em todas as fases do planejamento, implementação e avaliação das ações de PS.
- Sustentabilidade: construção de ações que os sujeitos e comunidades podem manter mesmo que finalizada a ação ou o financiamento.

Vasconcelos e Schmaller (2014) apresentam algumas críticas a esses princípios. Ao tratarmos da concepção holística deve-se ter cuidado com a amplitude que esse termo assume. No que tange a equidade, é necessário observar se o objetivo é o alcance da igualdade e não a focalização para racionalização dos gastos públicos. O foco na intersetorialidade e nas políticas saudáveis pode colocar em segundo plano a atenção à saúde em detrimento as ações exteriores aos serviços de saúde e mais uma vez corre-se o risco de enxugamento dos gastos estatais ao considerar que apenas as ações indiretas contemplam à saúde, pois legisladores poderiam justificar que tudo é saúde. Com a participação social corre-se o risco de retomar ao discurso desenvolvimentista ao enfatizar a resolução de problemas pela própria comunidade, “como se estes pudessem ser isolados, desconectados da formação sócio-histórica que os geram” (idem, p. 134). O empoderamento pode funcionar como uma forma de construir consensos, sendo utilizado como uma forma de tutela sobre a população.

Vasconcelos e Schmaller (2014) denunciam que a PS, apesar de se colocar contra as iniquidades em saúde, as aborda sem que sejam realizadas articulações vinculadas ao sistema sócio econômico e as situações geradoras das iniquidades. Nesse sentido, o discurso sobre a promoção da saúde deve ser tomado com cuidado, para que este não se configure apenas num processo de mudança de estilos de vida, culpabilização dos sujeitos e desresponsabilização do Estado.

4.2. A Promoção da Saúde no Brasil

A PS no Brasil tem como marcos legais a I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde e a VIII Conferência Nacional de Saúde, ocorridas em 1986. Conceitos destas conferências foram incorporados na Constituição Federal de 1988 (BUSS; CARVALHO, 2009). A Constituição traz em seu artigo 196 que:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988, art. 196, grifo nosso).

Neste artigo é possível perceber que o atendimento a saúde não é pensado a partir de uma ótica curativista, destacando-se a necessidade de políticas que extrapolam o setor saúde para que os sujeitos possam gozar da plenitude de sua saúde.

Outro marco foi a 1ª Conferência Latino-Americana sobre Promoção da Saúde realizada pela Organização Pan-Americana da Saúde na Colômbia, onde foram discutidas formas de melhorar os padrões sanitários regionais e alcançar a equidade na saúde (CARVALHO, 2008).

Só em 1992 surge o primeiro programa inspirado nos preceitos da PS, o Programa Saúde da Família, funcionando como um modelo de reorientação assistencial operacionalizada a partir de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde. Em 1998 a PS é formalizada no Ministério da Saúde através projeto “Promoção da Saúde, um novo modelo de atenção” em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (BUSS; CARVALHO, 2009).

Em 2006 o Ministério da Saúde definiu a Agenda de Compromisso pela Saúde e em um de seus eixos, o Pacto em Defesa da Vida, que é um conjunto de compromissos que devem ser tomados como prioridade pelos entes federativos, tem como uma de suas prioridades a PS. Os seus objetivos são: elaborar e implementar uma política nacional de PS; enfatizar a mudança de comportamento da população

brasileira de forma de internalizar a responsabilidade individual; articular e promover programas de promoção da atividade física e de alimentação saudável (BRASIL, 2006b)

Neste mesmo ano o Ministério da Saúde formalizou a Política Nacional de Promoção da Saúde, assumindo o desafio de propor uma política transversal, integrada e intersetorial, que buscasse o diálogo entre os diferentes setores de governo, os setor privado e sociedade civil (BRASIL, 2006).

Ademais, neste documento é reconhecido que dentre os vários aspectos que determinam o processo saúde-adoecimento no Brasil estão violência, desemprego, a falta de saneamento básico, habitação inadequada/ausente, falta de acesso à educação, a fome, entre outras. Nesse sentido propõe que as intervenções em saúde atuem sobre os determinantes e condicionantes da mesma, operando ao mesmo tempo nos efeitos do adoecer e sobre as condições de vida, de modo a favorecer a escolha saudáveis por parte dos sujeitos nos territórios onde vivem e trabalham (BRASIL, 2006).

No que concerne às ações específicas a Política Nacional de Promoção da Saúde aponta para o desenvolvimento de ações nas áreas de alimentação saudável, prática corporal/atividade física, prevenção e controle do tabagismo, redução da morbimortalidade em decorrência do uso de álcool e outras drogas/acidentes de trânsito, prevenção da violência e estímulo à cultura de paz e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Buss e Carvalho (2009) destacam que há uma diversificação muito grande de ações de promoção da saúde no Brasil, sendo dirigidas a indivíduos, grupos ou populações específicas, ou ainda a população geral. Abrangem a um único problema ou se propõem a enfrentar os determinantes sociais da saúde. Ocorrem por meio de ações educativas e/ou mais abrangentes. São ações de caráter público ou privada. E ainda podem ser de iniciativa federal, estadual ou municipal.

De acordo com os autores, a promoção da saúde no Brasil tem esbarrado na cultura setorial e competitiva, na ausência de uma política estratégica de desenvolvimento social e no predomínio da racionalidade biomédica nas arenas de saúde.

A promoção da saúde deve ser compreendida como uma agenda integrada e multidisciplinar cujo objetivo primordial é fomentar mudanças em três níveis: assistência à saúde, gestão local de políticas públicas e proteção e desenvolvimento sociais para todos. A estratégia da promoção da saúde é integral na medida em que procura criar e fortalecer elos entre diversos setores e programas, não apenas dentro do chamado “setor de saúde” propriamente dito, mas envolvendo também outras agências de governo, organizações não governamentais e movimentos sociais. Assim, todos os setores da sociedade devem compartilhar a responsabilidade no esforço de proteger e cuidar da vida humana, promovendo saúde e qualidade de vida para todos (CARVALHO, 2008, p. 1).

4.3. Universidade: um espaço em potencial para promoção da saúde

Conforme evidenciado ao longo dos capítulos, presenciamos no início deste século um processo não só de ampliação de vagas nas universidades brasileiras, mas também um processo de mudança no perfil dos estudantes destas instituições. É neste novo contexto da universidade brasileira que o PNAES é apresentado como uma ação relevante para permanência de estudantes oriundos das classes populares num espaço que historicamente lhes foi negado. Através das ações preconizadas no PNAES a assistência estudantil pode contribuir de forma decisiva para a permanência do estudante no ensino superior, associado a isso pode possibilitar aos estudantes o acesso a uma vida mais saudável. Para tanto é importante o reconhecimento destas ações também como ações de PS.

A entrada na universidade representa um momento de ruptura com as condições de existência, na vida afetiva, na relação com o tempo e com o espaço (COULON, 2008). Em alguns casos associam-se à saída da casa da família, a chegada em uma nova moradia com uma dinâmica diferente da habitual, uma maior autonomia em relação à própria vida, novos hábitos alimentares, novos amigos, novas formas de ver o mundo, ou seja, uma gama de novos fatores com grandes implicações para o cotidiano do universitário.

Saraiva e Quixadá (s/d) consideram a universidade um espaço de produção de situações que ocasionam sofrimento, no qual as dificuldades de adaptação

podem desdobrar-se em absenteísmo, depressão, suicídio, drogadição, ansiedade e estresse. Ademais, afirmam que a idade esperada para ingresso no ensino superior ocorre no final da adolescência e os jovens que ingressam estão no período de desenvolvimento e consolidação de seus papéis sociais e sexuais e de sua identidade pessoal e profissional.

O processo de “sofrimento” não ocorre apenas na entrada na universidade, o final do curso de graduação é permeado por outras angústias, “na qual o estudante se vê na iminência de se tornar um profissional e, com isso, sobrevém às angústias e as aflições de perder a tutela da instituição” (SARAIVA E QUIXADÁ, s/d). O afastamento da instituição a qual já está afiliado, a inserção a um novo espaço, em alguns casos a passagem da categoria estudante para desempregado, o retorno a casa dos pais, um emaranhado de novas possibilidades.

Não obstante, as universidades são locais onde muitas pessoas aprendem, trabalham, socializam, aproveitam o tempo de lazer e aproveitam serviços oferecidos (MELLO; MOYSES; MOYSES, 2010). Este é um espaço que pode possibilitar o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes tendo efeitos profundos não apenas durante a graduação, mas em todo resto de suas vidas, pois durante a graduação são construídos valores e prioridades (WHO, 1998).

Esse contexto torna as universidades espaços estratégicos para PS, tendo em vista que promover à saúde no âmbito acadêmico é uma alternativa viável e que resulta na melhoria da qualidade de vida de uma importante parcela da população (MOYSES; MOYSES; KREMPEL, 2004). A elaboração do documento “Health Promoting Universities: concept, experience and framework for action” pela Organização Mundial da Saúde (WHO, 1998), com vistas a explorar, visualizar e desenvolver o potencial da promoção da saúde nas universidades evidenciou a relevância mundial deste tema.

A transformação da universidade em um ambiente de PS incorpora não apenas a dimensão “física ou natural”, mas também a cultural, social, política e econômica. Tal transformação reforça a responsabilidade do setor público, em conjunto com a sociedade, de dar suporte e garantia a uma vida saudável (MOYSES; MOYSES; KREMPEL, 2004).

A Política Nacional de Promoção da Saúde (2010) sugere que as intervenções em saúde ampliem seu escopo, atuando sobre os efeitos do adoecer e visando espaços para além dos muros das unidades de saúde, incidindo sobre as condições de vida e favorecendo a ampliação de escolhas saudáveis por parte dos sujeitos e das coletividades no território onde vivem e trabalham (BRASIL, 2010b).

Nesse sentido, a assistência estudantil, bandeira histórica do movimento estudantil universitário e política fundamental para garantir a permanência de filhos da classe trabalhadora nas universidades públicas (CISLAGHI; SILVA, 2012), pode ser também um instrumento eficaz para a equidade em saúde, pois possibilita a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica o acesso a serviços e bens que podem refletir positivamente sobre a saúde. Porém, o sucesso da PS nas universidades parte do compromisso com a saúde no âmbito das políticas e práticas da universidade, para tanto é preciso entender e lidar com a saúde de uma forma diferente, dessa forma, a mais difícil barreira a transpor é a tendência de entender à saúde como ausência de doença (WHO, 1998).

Entender e lidar com a saúde de uma forma diferente pressupõe compreender que “A saúde e a igualdade na saúde podem não ser o objetivo de todas as políticas sociais, mas será um dos seus resultados fundamentais” (CDSS, 2010, p. 29). Tal compreensão possibilita correlacionar à AE a PS, pois as ações desenvolvidas na primeira podem gerar resultados expressivos para segunda.

É possível observar que há no Brasil uma escassez de estudos que expõe a relação entre AE e sua incidência sobre os DSS. O que torna o desenvolvimento de investigações sobre o tema importantes, pois, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, a reorientação dos serviços de saúde requer forte atenção para a pesquisa em saúde, pois a política de PS exige a identificação dos obstáculos à adoção de políticas públicas saudáveis nos setores de não-saúde, e formas de removê-los (WHO, 1986).

Saraiva e Quixadá (s/d) fazem alguns questionamentos, os quais consideramos de grande relevância:

Quais as dificuldades, sentimentos e percepções da pessoa por trás do estudante universitário e como ele os tem vivenciado e enfrentado? Como a universidade tem dado atenção a complexidade do fenômeno humano que se manifesta na conduta dos seus alunos? Diante dessa diversidade de desafios e dificuldades que permeiam a

vida acadêmica do estudante universitário, a Universidade tem adotado estratégias para minimizar tais efeitos? De que forma? Caso a resposta seja negativa, podemos cogitar a universidade como um possível espaço de adoecimento para o estudante? E como os mesmos têm lidado com isso?

A atenção à saúde através de ações que atuem sobre as condições materiais e psicossociais nas quais as pessoas vivem, considerando como estratégias ações de PS sobre os DSS, como o acesso a habitação adequada, a alimentos saudáveis e nutritivos, serviços de saúde de qualidade, acesso a programas educativos, a espaços para promoção da atividade física, estabelecimento de redes de apoio, redução da desigualdade econômica e da violência (BUSS; FILHO, 2007), mostram-se executáveis no ambiente universitário através da política de AE, desde que ocorra não apenas a percepção deste potencial na política, mas um direcionamento de suas ações visando à melhoria da qualidade de vida dos estudantes.

Coulon destaca que:

a universidade tem um papel histórico a desempenhar nas transformações do mundo de amanhã. Uma nova sociedade do conhecimento está nascendo, esse é o grande desafio de todas as nações no século XXI. Por isso, a universidade deve ser pensada com cautela, muita reflexão e harmonia; ela deve ser, ao mesmo tempo, o motor do desenvolvimento tecnológico, econômico e cultural e ficar atenta ao desenvolvimento social, pois não pode haver desenvolvimento sem democracia e sem o acesso de todas as camadas sociais a uma *melhor qualidade de vida* (COULON, 2013, p. 317, grifo nosso).

A intersectorialidade tem representado um grande desafio para implementação de políticas de PS, haja vista que na concepção ampliada de saúde a atenção a mesma não se restringe ao setor saúde. Esta dificuldade se dá por conta de uma ausência da cultura de ação intersectorial assim como dificuldade de financiamento para estas ações (MOYSÉS; MOYSÉS; KREMPEL, 2004).

No caso da assistência estudantil essa problemática é reduzida, uma vez que o PNAES preconiza como ações: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010), ou

seja, reúne em uma só política ações que fora da universidade normalmente estão fragmentadas em diversos setores, sejam eles secretarias, ministérios, etc. Por outro lado, a união de diversas ações em único setor pode gerar reducionismos quanto amplitude que este programa pode alcançar, ocorrendo prioridades de áreas afins dos profissionais responsáveis pela implementação do programa.

Santos (2008) chama atenção de que criadas as condições financeiras e institucionais a universidade deve assumir formas mais densas de responsabilidade social, sendo permeável as demandas sociais, especialmente as provenientes de grupos sociais que não tem poder para as impor, através de estratégias de acesso, pesquisa e extensão direcionadas a grupos socialmente excluídos.

Atuar sobre os DSS pode caracterizar-se também como um processo de responsabilidade social da universidade, pois atua no enfrentamento das iniquidades em saúde, ou seja, “[...] desigualdades de saúde entre grupos populacionais que, além de sistemáticas e relevantes, são também evitáveis, injustas e desnecessárias [...]” (BUSS; FILHO, 2007, p. 80).

Para Melo e colaboradores (s/d) a universidade brasileira tem três desafios: atingir um padrão de qualidade, de forma que esteja compatível com as exigências do mundo contemporâneo; aproximar-se da universidade de acesso, para todos que demonstrarem vocação, aptidão e motivação para formar-se nos níveis superiores de educação; e desenvolver programas sociais relevantes, que contribuam para solucionar problemas nacionais inadiáveis.

Na proposta de Melo e colaboradores (s/d) a universidade deve ter uma atuação em problemas sociais da comunidade externa, mas por que não contribuir também para a PS da comunidade acadêmica? O espaço universitário é um espaço privilegiado para construção de políticas interdisciplinares, haja vista o grande número de profissionais qualificados (especialistas, mestres, doutores, pós-doutores) nas mais diversas áreas do saber.

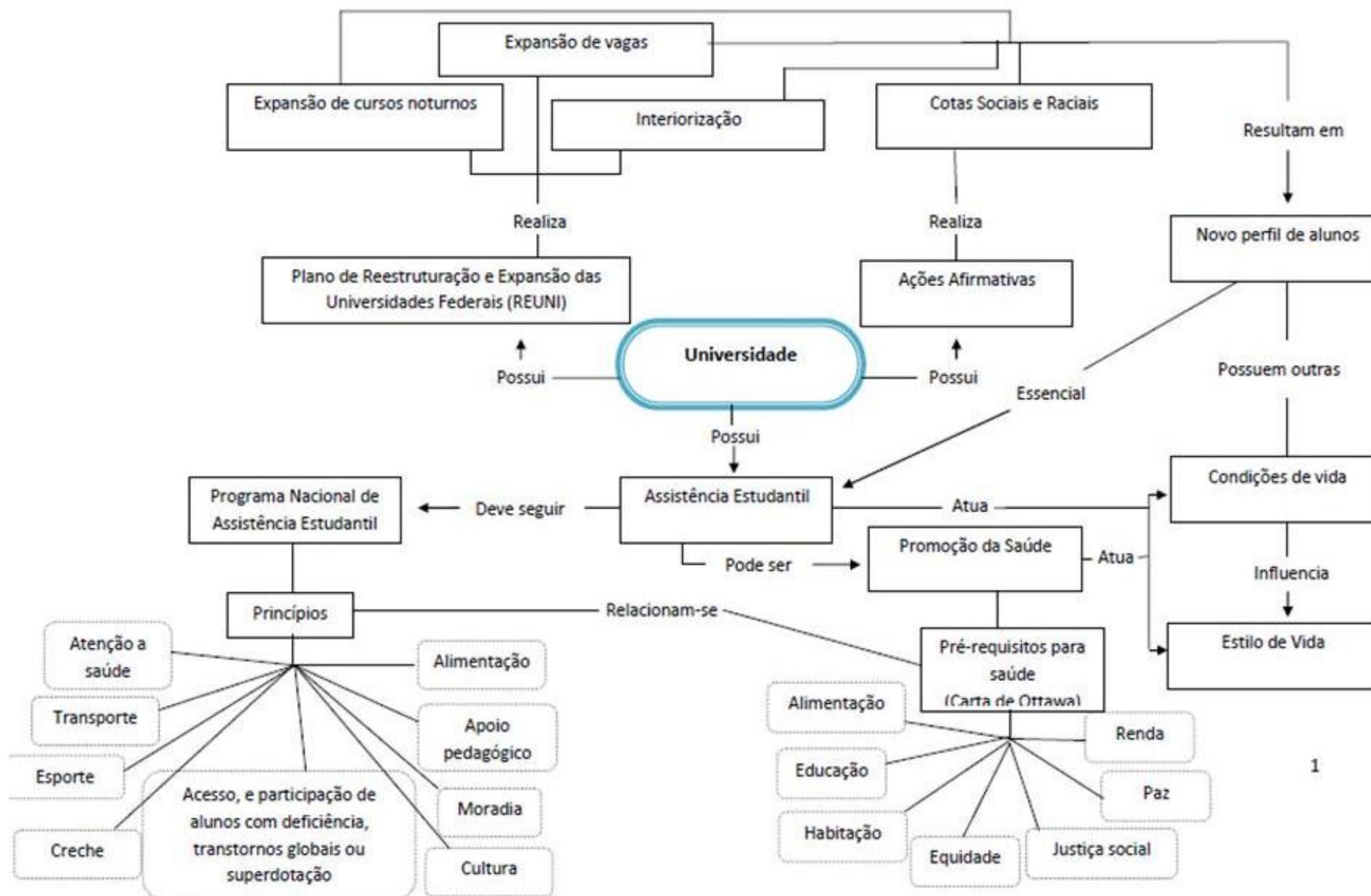
Não obstante é necessário pensar que serão os estudantes destas instituições que posteriormente poderão ser formuladores e implementadores de políticas e programas, não apenas na esfera pública, mas também em empresas privadas. Vivenciar a experiência de uma universidade promotora da saúde poderá

sensibilizar estes profissionais para considerarem as práticas de promoção da saúde em suas atividades profissionais.

É flagrante que as escolhas políticas e econômicas oriundas do sistema capitalista influenciam todo esse contexto. No entanto, enquanto uma mudança no sistema político e econômico não ocorre é de suma importância que reconheçamos estar dentro deste e traçar estratégias para que aqueles que sofrem os efeitos colaterais do capitalismo possam atingir a plenitude de sua saúde, pois “as iniquidades que causam a morte têm sujeitos, têm grupos sociais, têm interesses políticos e econômicos e estas são as iniquidades que matam as pessoas e devem ser identificadas e combatidas” (CEBES, S/D, p. 3).

Tendo por base esse contexto elaborou-se um mapa conceitual com vistas a sintetizar a relação existente entre a universidade, o novo perfil de seu alunado, a assistência estudantil e a promoção da saúde. O mapa pode ser observado na figura abaixo.

Figura 1: Mapa conceitual estabelecendo a relação entre universidade, assistência estudantil e promoção da saúde.



1

O mapa apresenta no centro e na cor azul a universidade. Conforme já apresentado nos capítulos anteriores à universidade no século XXI sofreu algumas mudanças e algumas delas aparecem ligadas. Esta universidade do século XXI possui o REUNI, as AA e a AE.

O REUNI realiza, entre outras ações, a expansão das vagas, expansão dos cursos noturnos e a interiorização das instituições. AA realizam as cotas sociais e raciais. Deste conjunto de ações emerge um novo perfil de estudantes, entre estes, jovens oriundos de escolas públicas, de origem popular, quilombolas, indígenas, trabalhadores-estudantes, mães estudantes, enfim, um novo grupo com condições de vida e estilos de vida específicos.

Esse novo grupo de estudantes, para que permaneçam nas IES e possam concluir os cursos em que ingressaram tem como subsídio a AE, que atua especialmente sobre as condições de vida e estilos de vida destes estudantes.

A AE segue os parâmetros estabelecidos pelo PNAES e as suas ações devem ser desenvolvidas nas seguintes áreas: atenção à saúde, transporte, esporte, creche, alimentação, moradia, cultura, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Desta forma, a AE atua diretamente sobre as condições de vida e estilos de vida dos estudantes.

É possível observar que as ações que devem ser desenvolvidas pela AE relacionam-se com os pré-requisitos para saúde da Carta de Ottawa, a saber: alimentação, educação, habitação, equidade, justiça social, paz e renda.

É tendo esse contexto como base que afirmamos que a que a universidade tem um grande potencial para o desenvolvimento de ações de PS através da AE. E, pautados nessa afirmação, que desenvolveremos o presente estudo.

5. LOCUS DA PESQUISA: UFRB

5.1. Considerações metodológicas

A presente pesquisa é classificada como exploratória. As pesquisas exploratórias, de acordo com Gil (2010), buscam proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito ou construindo hipóteses. Os estudos exploratórios são aqueles que buscam descobrir idéias e instituições, buscando adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado. Estes estudos são relevantes para diagnosticar situações, explorar alternativas ou descobrir novas ideias (OLIVEIRA, 2011). Nesse sentido, esta pesquisa tem em vista analisar de forma exploratória a relação entre assistência estudantil e promoção da saúde na universidade, tendo com locus de pesquisa a Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

O objetivo geral da pesquisa é evidenciar limites e possibilidades na atuação da PROPAAE na promoção da saúde dos estudantes da UFRB. Os objetivos específicos são: conhecer as ações implementadas pela PROPAAE; identificar a concepção de saúde adotada pela PROPAAE; analisar as ações da PROPAAE direcionadas a saúde dos estudantes; estabelecer a relação entre a promoção da saúde e a política de assistência estudantil da UFRB.

O procedimento utilizado será a análise documental. De acordo com Godoy (1995) a pesquisa documental diz respeito ao “exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando novas e/ou interpretações complementares” (p. 21).

Ainda de acordo com Godoy, a escolha dos documentos não é um processo aleatório, deve ser realizado em função dos propósitos, idéias e hipóteses. Nesse sentido, serão analisadas as Normativas da PROPAAE da UFRB, tendo com propósito observar de que forma a política de assistência estudantil da universidade foi pensada e como emerge nesse contexto a questão saúde dos estudantes. Também serão analisados os editais disponíveis entre os anos de 2007 e 2015, com

vistas a destacar como programas desenvolvidos pela instituição relacionam-se com a promoção da saúde.

A análise dos dados ocorrerá por meio de análise de conteúdo. De acordo com Godoy (1995), neste tipo de análise o pesquisador buscará compreender as estruturas que estão por trás das mensagens, devendo realizar um esforço duplo, para entender o sentido da comunicação como um receptor normal e desviar o olhar buscando outras significações.

Para analisar como as ações desenvolvidas pela instituição relacionam-se com a PS, as ações serão analisadas em comparação com os pré-requisitos para saúde da Carta de Ottawa (BRASIL, 2002) e os princípios para promoção da saúde (WHO, 1998).

O levantamento dos documentos a serem analisados ocorrerá no sítio da UFRB, no espaço específico da Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) da UFRB, disponíveis no site da instituição (https://www.ufrb.edu.br/propaae/documentos/cat_view/16-editais/53-2015).

5.2. A Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis - PROPAAE

A PROPAAE surge com o objetivo de articular, formular e implementar políticas e práticas de democratização relativas ao ingresso, permanência e pós-permanência estudantil, tendo como missão de garantir condições básicas para o desenvolvimento das potencialidades da comunidade acadêmica, visando a inserção cidadã, cooperativa, propositiva e solidária nos âmbitos cultural, político e econômico da sociedade e o desenvolvimento regional (PROPAAE, s/d).

De acordo com Jesus e Nascimento (2010),

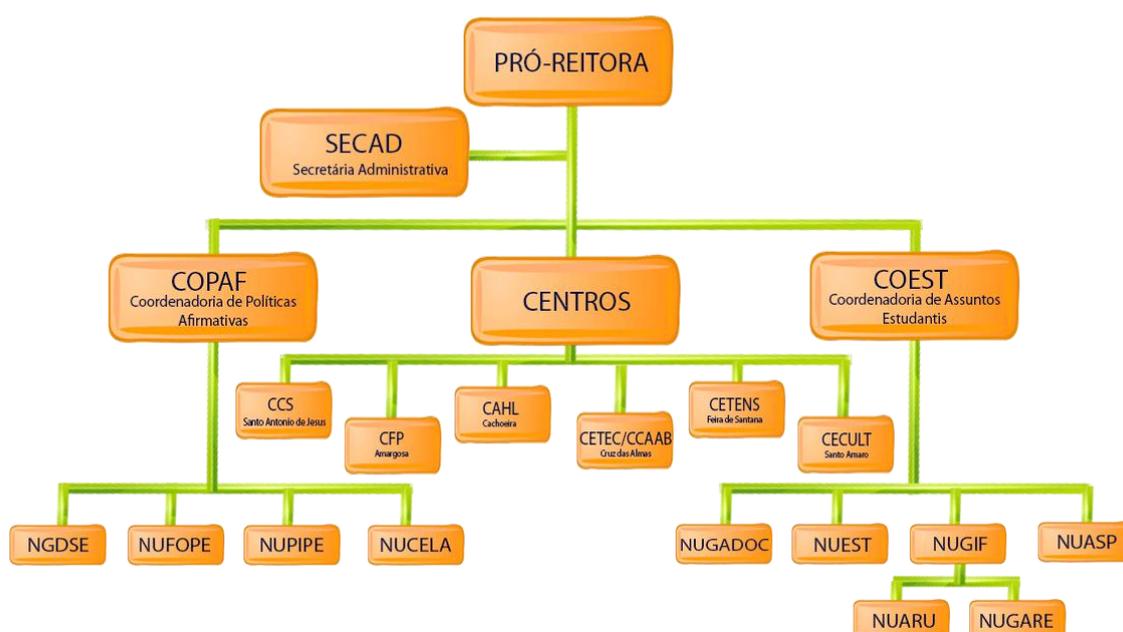
[...] a UFRB assumiu um posicionamento político de contribuir para a correção das distorções ainda vigentes no nosso País, criando a pioneira Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – PROPAAE, com a incumbência de trabalhar de forma articulada as Ações Afirmativas com os Assuntos Estudantis, ampliando o espectro da assistência estudantil, ao versar sobre - acesso, permanência e pós-permanência de estudantes oriundos das escolas públicas, de afro-descendentes e indígenas na UFRB, tendo como foco o desenvolvimento regional em articulação com a formulação e

implantação de políticas de promoção da igualdade racial e inclusão social no Recôncavo, na Bahia (p. 119).

A mesma disponibiliza ações nas modalidades: auxílio moradia, alimentação e bolsas pecuniárias associadas a projetos vinculados a extensão, pesquisa e graduação, serviços de acompanhamento psicológico e pedagógico, e assistência a demandas específicas.

A estrutura organizacional da PROPAAE pode ser observada no organograma na figura 2.

Figura 2: Estrutura organizacional da Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis.



*Fonte: <https://www.ufrb.edu.br/propaae/propaae>

A PROPAAE divide-se em duas coordenadorias, a Coordenadoria de Políticas Afirmativas (COPAF) e a Coordenadoria de Assuntos Estudantis (COEST). A primeira é responsável pelas AA no âmbito institucional e coordena o Núcleo de Esporte e Lazer (NUCELA), Núcleo de Políticas de Ingresso e Ações Afirmativas (NUPIAF), Núcleo de Políticas de Pós-permanência (NUPPER), Núcleo de Gênero,

Educação e Diversidade Sexual (NUGEDS) e Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis (NEPAAE).

A segunda preocupa-se em executar ações que melhorem as condições de permanência de estudantes de classes populares, reduzindo os efeitos das desigualdades sociais e raciais na região, reduzindo a evasão e o fracasso escolar, executando ações do Programa de Permanência Qualificada (PPQ) e atende a diferentes demandas em geral (COEST, 2016). Coordena o Núcleo de Acompanhamento Integrado ao Estudante (NAIE), o Núcleo de Gestão Administrativa (NUGAD) e o Núcleo de Gestão de Infra-Estrutura (NUGIN).

5.3 Análise documental

5.3.1 O que dizem as normativas?

Neste tópico foram descritas sete normativas referentes à política de assistência estudantil da UFRB disponíveis no sítio da instituição. No que tange aos auxílios as normativas tratam dos objetivos, dos critérios para solicitação e de valores. As normativas também tratam do reajuste dos valores das bolsas, da criação do Comitê de Acompanhamento e Monitoramento e da adequação a legislação federal.

Apesar de já ocorrerem ações de assistência estudantil na instituição desde o ano de 2007, as normativas foram criadas no ano de 2011. Tais normativas tem em vista assegurar a efetivação do PNAES através da: democratização das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; redução dos efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; redução das taxas de retenção e evasão; e promoção da inclusão social pela educação.

Na tabela abaixo é possível observar a relação entre as ações estabelecidas no PNAES e as ações contidas nas normativas.

Tabela 1: Relação entre ações evidenciadas nas normativas da PROPAAE e o PNAES

Assistência Estudantil na UFRB	PNAES
03/2011- Auxílio pecuniário a moradia	Moradia estudantil
03/2011 - Auxílio pecuniário a alimentação	Alimentação
03/2011 - Auxílio deslocamento	Transporte
02/2011- Auxílio aparelho corretivo visual	Atenção à saúde*
	Inclusão digital
	Cultura
	Esporte
02/2011 – Auxílio creche	Creche
03/2011 – Acompanhamento psicológico, pedagógico e social através do Núcleo de Apoio Integrado ao Estudante (NAIE).	Apoio pedagógico
	Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação

* Nesta tabela a atenção à saúde foi tomada a partir do que foi tratado nas normativas como relacionado como atenção à saúde.

A Normativa 01/2011, de 02 de março de 2011, estabelece os parâmetros para concessão do auxílio emergencial, que tem em vista garantir a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade social até a conclusão do processo seletivo do PPQ, sem que estes sofram prejuízos na regularidade de suas atividades acadêmicas. O auxílio consiste na liberação de uma parcela no valor de R\$ 250,00. Os requisitos para solicitação são: estar matriculado em curso presencial da UFRB;

está inscrito no processo seletivo PPQ; e comprovar situação de vulnerabilidade social.

Já a Normativa 02/2011, também de 02 de março de 2011, diz respeito manutenção no PPQ mediante nova matrícula. O objetivo é a manutenção do PPQ para estudantes que se submetam a novo processo seletivo ou transferência interna. Os critérios para solicitação de manutenção de auxílio são: ser integrante de qualquer modalidade do PPQ e apresentar requerimento à Coordenação de Assuntos Estudantis solicitando a manutenção do vínculo. Estarão automaticamente desligados aqueles que realizarem processo seletivo para o mesmo curso de graduação e que seja integrante do PPQ, estes deverão realizar novo processo seletivo.

A Normativa 02/2012, de 30 de outubro de 2012, dispõe sobre a concessão de auxílios do PPQ, são estes, o auxílio aparelho corretivo visual (óculos de grau e lente de contato de grau), auxílio emergencial, auxílio creche, auxílio medicamento, auxílio eventual à alimentação.

A disponibilização do aparelho corretivo visual é ressaltada na normativa como um meio de implementar o direito a educação (LDB 9394/96) e o PNAES. Sendo destacada na normativa como uma ação realizada em atenção à saúde dos universitários, obedecendo ao indicado no artigo 3º, § 1º do PNAES “IV – atenção à saúde”.

Para obtenção do auxílio é necessário receita médica e três orçamentos do dispositivo e cópia da nota fiscal de compra. Além disso, é necessário estar de acordo com os critérios para a solicitação do auxílio, a saber: estar matriculado em curso presencial da UFRB e comprovar situação de vulnerabilidade social.

No que tange ao auxílio emergencial ocorrem poucas mudanças em relação à Normativa 01/2011. Tem direito ao auxílio os estudantes que comprovem situação de vulnerabilidade social, que estejam prioritariamente matriculados no primeiro semestre e preferencialmente estejam inscritos no processo seletivo PPQ, apresentem perfil PNAES, não tenha outra graduação e não possua atividade remunerada.

O auxílio creche destina-se a estudantes em situação de vulnerabilidade social que tenham filhos, tuteladas ou legalmente adotadas, de 0 a 3 anos. Consiste

em auxílio mensal no valor de R\$ 175,00, com validade de um ano que pode ser renovado até a idade máxima de 02 anos, 11 meses e 29 dias, podendo ser acumulado com outro benefício. Os critérios para acessar o auxílio são: estar regularmente matriculado; não ser graduado; estar de acordo com o perfil PNAES; não realizar atividade remunerada; e comprovação parental entre o requerente e a criança.

O auxílio medicamento é realizado através de repasse pecuniário único para aquisição de medicamento não disponibilizado pelo Sistema único de Saúde (SUS), para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que estejam matriculados na UFRB, que preferencialmente integrem o PPQ, que apresentem perfil PNAES e não possuam outra graduação. Para obter o auxílio é necessária a receita médica em nome do estudante cuja data de emissão tenha até 60 dias e três orçamentos do medicamento contendo o CNPJ da empresa.

O auxílio eventual à alimentação destina-se aos centros onde funcionam Restaurantes Universitários (RU). Consiste a liberação de uma ou mais refeições para estudantes que tenham situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada, estejam matriculados na UFRB nos centros onde funciona o RU, não possuam outra graduação, apresente perfil PNAES.

Aos estudantes do primeiro semestre poderão ser oferecidas de uma a três refeições por um período de um mês, podendo ocorrer à prorrogação do auxílio por até quatro meses. Estudantes participando de eventos ou atividades acadêmicas, comprovada a necessidade, terão acesso ao auxílio ao longo do evento ou atividade, desde que apresente documentação comprobatória de participação.

A normativa 03/2011 de 21 de março de 2011, visa à manutenção do PPQ em conformidade com a legislação federal, não apenas ao PNAES, mas, também, com os artigos 3º, 4º e 5º do Decreto 7.416/10⁸. Nesta normativa é destacada a realização de acompanhamento pedagógico, psicológico e social. Ressaltando que as condições acadêmicas serão acompanhadas via sistema acadêmico e relatórios de acompanhamento. Os dados colaborarão para: a realização de sessões grupais

⁸ Trata da concessão de bolsas para o desenvolvimento de ações de ensino e extensão universitária.

de orientação acadêmica; realização de sessões individuais de orientação pedagógica; levantamento de demandas específicas de aprendizagem; orientação para elaboração de planos de estudo; indicação de medidas sócio-pedagógicas de acompanhamento e apoio; e implantação de ações que visem o sucesso acadêmico, minimizando as deficiências pedagógicas através da promoção de projetos, seminários e oficinas, em parceria com os colegiados dos cursos e a Pró-reitoria de Graduação.

A Normativa 03/2012, de 30 de outubro de 2012, trata do reajuste dos auxílios. Estes que foram novamente reajustados no ano de 2015, pela normativa 01/2015, de 12 de maio de 2015.

Tabela 2: Valores dos auxílios nos anos de 2012 e 2015, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Auxílio	Valor em 2012	Valor em 2015
Vinculado a projetos institucionais	R\$ 400,00	R\$ 430,00
Pecuniário a Moradia	R\$ 345,00	R\$ 370,00*
Emergencial	R\$ 300,00	**
Pecuniário a alimentação	R\$ 300,00	R\$ 330,00
Deslocamento	R\$ 220,00	R\$ 250,00
Aparelho corretivo visual	R\$ 200,00 (valor máximo)	**
Medicamento	R\$ 200,00 (valor máximo)	**
Creche	R\$ 175,00	R\$ 190,00

*Em Cruz das Almas R\$ 310,00; ** Valor não disponível na normativa.

A Normativa 04/2011, de 10 de junho de 2011, regulamenta o Comitê de Acompanhamento e Monitoramento do PPQ. Este tem como finalidades acompanhar e monitorar a implementação do PPQ-UFRB, com o fim de assegurar o cumprimento dos objetivos institucionais e do PNAES; funcionar como instância consultiva da PROPAAE; participar da organização do Seminário sobre Assuntos Estudantis.

O Comitê deve ser composto por um representante de cada modalidade de auxílio PPQ, o coordenador de assuntos estudantis da PROPAAE, o coordenador de

políticas afirmativas da PROPAAE, dois representantes do NAIE-PROPAAE e um representante da Câmara de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis. E deverá reunir-se a cada bimestre.

5.3.2. O que dizem os editais 2007-2015?

Na pasta Editais no espaço da PROPAAE no sítio da UFRB foram encontrados 459 arquivos, destes foram analisados 283, pois parte dos arquivos relacionava-se a prorrogação de prazos, resultados, homologação de inscrições e retificação dos editais. Não obstante, dentre os analisados, observou-se que muitos apresentavam conteúdo parecido ou com poucas mudanças, o que nos levou a descrição apenas de 20 editais.

Com base nos editais foi possível perceber o desenvolvimento de ações de assistência estudantil em diversas modalidades. As ações desenvolvidas pela PROPAAE entre os anos de 2007 e 2015 estão dispostos nas tabelas abaixo.

Tabela 3: Todas as ações realizadas pelas PROPAAE entre os anos de 2007 e 2015, na UFRB.

Modalidade	Forma de execução
Auxílio à Moradia	Vaga em residência universitária
Auxílio à Alimentação	Acesso à refeição (almoço ou jantar) em restaurante universitário.
Auxílio Pecuniário à Moradia	Repasso financeiro aos contemplados
Auxílio Pecuniário à Alimentação	Repasso financeiro aos contemplados
Programa Nacional Conexão de Saberes	Repasso financeiro aos contemplados
Projeto Fundação Clemente Mariane	Repasso financeiro aos contemplados
Auxílio Pecuniário Vinculado a Projeto	Repasso financeiro aos contemplados
Auxílio para monitoria para o programa Universidade Para Todos	Pagamento por hora/aula

Auxílio para gestores para o programa Universidade Para Todos	Repasse financeiro aos contemplados
Auxílio deslocamento	Repasse financeiro aos contemplados
Programa de Vivência Comunitária	Repasse financeiro a projetos selecionados
Fórum de Pró-Igualdade Racial e Inclusão Social do Recôncavo	Financiamento da realização de propostas nos Centros da UFRB
Programa de Combate à Evasão e Retenção (PROMOVER)	Repasse financeiro aos contemplados como mentores, tutores e desenvolvedores e acompanhamento de estudantes com baixo desempenho
Seleção de Estagiário do Ensino Superior	Repasse financeiro aos contemplados
Programa de Desenvolvimento Acadêmico em Línguas da UFRB	Repasse financeiro aos monitores e oportunidade de aprendizagem de nova língua a estudantes, técnicos e comunidade externa da UFRB
Apoio Financeiro para Apresentação de Trabalhos em Eventos.	Repasse financeiro aos contemplados
Bolsa Esporte	Conceder bolsa para os proponentes de projetos esportivos e de lazer no âmbito da UFRB
Programa Integrado de Ação Afirmativa	Concessão de até três bolsas para projeto selecionado
Apoio a Eventos Culturais	Apoio financeiro para realização do evento
Programa de Equidade Racial no Recôncavo da Bahia	Repasse financeiro aos contemplados
Projeto Censo das Manifestações Culturais Negras na Bahia	Repasse financeiro aos contemplados
Programa Equidade na Pós-	Realização de curso preparatório para

graduação	ingresso na pós-graduação
Programa de Permanência Alternância	Repasso financeiro aos contemplados
Programa de ações de inclusão digital	Empréstimo de <i>notebooks</i>
Programa de Tutoria da CETEC	Oferece acompanhamento em disciplinas específicas e repasse financeiro aos tutores

Para a descrição optou-se por dividir as ações por ano seguindo a mesma divisão encontrada no sítio da instituição. Conforme já citado, não foram descritos todos os editais, aqueles que não diziam respeito a ações ou que repetissem ações já realizadas em anos anteriores foram apenas citados nas tabelas. Nesse sentido, buscando complementar as informações e apresentar ao leitor um panorama geral do que foi encontrado nos editais, foram elaboradas tabelas com a numeração e o assunto dos editais.

Em 2007 foram disponibilizados no sítio da UFRB 17 editais apresentados sistematicamente abaixo:

Tabela 4: Editais PROPAAE no ano de 2007 disponíveis no site da UFRB.

Edital	Assunto
01/2007	Prorrogação de inscrições
02/2007	Seleção para modalidades de bolsas alimentação e moradia
03/2007	Prorrogação das inscrições
04/2007	Convocação para integrar o Programa Nacional Conexão de Saberes
05/2007	Convocação para integrar o Projeto Fundação Clemente Mariane
06/2007	Convocação para bolsa moradia e alimentação
07/2007	Seleção para bolsa pecuniária de auxílio à moradia
08/2007	Seleção para bolsa de auxílio à moradia
09/2007	Seleção para bolsa de auxílio à alimentação
10/2007	Convocação para o Programa Nacional Conexões e Saberes
11/2007	Seleção para o Projeto Fundação Clemente Mariane

12/2007	Convocação para bolsa moradia e alimentação
14/2007	Convocação para bolsa pecuniária à moradia
18/2007	Convocação para entrega de documentos
19/2007	Convocação para bolsa alimentação
21/2007	Convocação para bolsa moradia e pecuniária à moradia, e à alimentação
22/2007	Suspensão de auxílios

No que tange ao ano de 2007 daremos maior visibilidade ao Edital 02/2007, pois neste é possível perceber como se estabelecia a assistência estudantil na UFRB antes do PNAES. Este contém a justificativa do Programa de Permanência da UFRB, revelando que as bolsas são oriundas do Ministério da Educação e que a construção das ações se deu de forma participativa.

Essa pauta programática constituída pela participação da comunidade universitária (professores, estudantes e funcionários) nas audiências públicas realizadas nos campi da UFRB, permitiu elencar como prioritárias as ações concernentes à permanência, focalizando as demandas específicas dos estudantes em cada um dos Centros, as contrapartidas oferecidas e as possibilidades de intersecção entre as ações do ensino, da pesquisa e da extensão como mecanismos de estudo, de aprofundamento teórico e de ação social para o desenvolvimento regional, realizadas pelos acadêmicos contemplados pelo Programa de Permanência (p.1).

Na justificativa destaca-se ainda que as ações deverão sempre ter sustentação em dados empíricos densos e no embasamento técnico que possibilitem a sustentabilidade das ações.

Antes de dar continuidade é necessário ressaltar que o Edital 02/2007 assume papel relevante para análise dos demais editais, uma vez que durante o levantamento percebeu-se que estes documentos seguem um mesmo padrão com o decorrer dos anos. Nesse sentido, este edital representará o ponto de referência para os demais, por esse motivo sua descrição será mais longa.

Neste mesmo edital e destacado os objetivos do Programa de Permanência da UFRB. Listaremos todos, haja vista grande parte será repetido ao longo dos demais editais até o ano de 2015.

1. Garantir a permanência dos estudantes dos cursos de graduação da UFRB, assegurando a sua formação acadêmica dos estudantes beneficiados através de seu aprofundamento teórico por meio de participação em projetos de extensão, atividades de iniciação científica vinculada aos projetos de pesquisa existentes nos Centros, atividades de ensino/acadêmica relacionadas à sua área de formação e ao desenvolvimento regional.
2. Implementar na instituição a adoção de uma política de permanência associada à excelência na formação acadêmica.
3. Possibilitar maior interação entre o ensino, a extensão e a pesquisa.
4. Estimular pesquisadores produtivos a envolverem estudantes de graduação nas atividades científica, tecnológica, profissional e artístico-cultural em articulação com o desenvolvimento regional.
5. Qualificar a permanência dos alunos beneficiários dos Programas de Políticas Afirmativas da UFRB.
6. Contribuir para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional.
7. Contribuir para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na graduação.
8. Combater o racismo e as desigualdades sociais (p. 2).

Contém como Objetivos Específicos:

- a) contribuir para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional
- b) contribuir para a formação de recursos humanos para o ensino, a extensão e a pesquisa.
- c) proporcionar ao beneficiário bolsista, orientado por profissional qualificado, o domínio de técnicas e métodos de pesquisa, ensino e aprendizagem, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas da pesquisa, do ensino e da aprendizagem.
- d) estimular pesquisadores produtivos a envolverem estudantes de graduação nas atividades científica, tecnológica, profissional, artístico-cultural e de desenvolvimento regional.
- e) apresentar os resultados parciais e finais da pesquisa, sob a forma de painel ou exposição oral, acompanhados de relatório, nos seminários de iniciação científica promovidos pela instituição (p.2).

Os requisitos para inscrição são:

1. Estar regularmente matriculado em curso de graduação da UFRB
2. Prioritariamente, ser beneficiário do sistema de acesso via programa de reserva de vagas da UFRB (origem escolar e definição de pertencimento étnico-racial).

3. Comprovar as condições sócio-econômicas.
4. Não ter vínculo empregatício nem outra atividade remunerada.
5. Preencher ficha de inscrição (p.3).

O estudante contemplado com a bolsa deve assumir compromissos, são estes:

- 1- Dedicar-se integralmente às atividades acadêmicas regulares e do Programa de Permanência.
- 2 – Receber apenas esta modalidade de bolsa, sendo vedada a acumulação desta com bolsas de outros Programas de natureza similar.
- 3 - Participar de seminários acadêmicos apresentando sua produção científica, sob a forma de pôsteres, resumos e/ou painéis, fazendo referência à sua condição de beneficiário de Programa de Permanência.
- 4 - Desenvolver atividades de aprofundamento teórico através de monitorias, projetos de extensão, atividades de iniciação científica vinculada aos projetos de pesquisa existentes na Unidade de Ensino, atividades de ensino/acadêmica relacionadas à sua área de formação e atividades vinculadas ao desenvolvimento regional.
- 5- Participar das sessões de acompanhamento acadêmico e psicossocial.
- 6 - Dedicar 10 (dez) horas semanais às atividades do Programa de Permanência. [pode variar de acordo com o auxílio]
- 7 – Realizar os procedimentos necessários à reavaliação e renovação dos benefícios nos prazos determinados pela PROPAAE (p. 3 [grifo nosso]).

No ano de 2007 a UFRB desenvolveu parceria com a Fundação Clemente Mariani⁹. Não é possível evidenciar como ocorria tal parceria, pois o edital não deixa clara a forma de auxílio. Porém, há alterações nos requisitos para inscrição e nos compromissos do bolsista, especialmente no uso do corte de renda familiar e num aumento de carga horária e atividades dos bolsistas.

No ano de 2008 foram disponibilizados no site da UFRB 25 editais.

Tabela 5: Editais PROPAAE no ano de 2008 disponíveis no site da UFRB.

⁹ “A Fundação Clemente Mariani é uma instituição de direito privado, criada em 1990, com a finalidade de desenvolver e/ou apoiar ações relevantes para a promoção da democracia e da cidadania nas áreas cultural, educacional e social”. Disponível em: <http://www.fcmariani.org.br/fcm.htm> Acesso em: 04 de janeiro de 2016.

Edital	Assunto
01/2008	Bolsa auxílio à alimentação para estudantes de pós-graduação
01/2008	Convocação bolsa auxílio à alimentação para estudantes de pós-graduação
01/2008	Prorrogação de seleção para auxílio pecuniário vinculado a projeto UFRB/PROPAAE e UFRB/FCM
04/2008	Seleção para bolsa de auxílio à moradia
04/2008	Carta aos professores
04/2008	Lista de renovação
04/2008	Lista de projetos selecionados
04/2008	Orientações para efetivação do auxílio pecuniário vinculado a projetos UFRB/PROPAAE
05/2008	Edital para seleção de projetos para o Programa de Permanência da UFRB
05/2008	Seleção para auxílio pecuniário vinculado a projeto
06/2008	Seleção para auxílio pecuniário vinculado a projeto – Fundação Clemente Mariani
07/2008	Prorrogação de edital
07/2008	Seleção para estudantes/monitores para o programa Universidade Para Todos
09/2008	Seleção para auxílio à moradia
10/2008	Seleção para auxílio à moradia
11/2008	Seleção para auxílio pecuniário à moradia
12/2008	Seleção para auxílio à moradia e à alimentação
13/2008	Seleção para auxílio pecuniário vinculado a projetos – Conexão de Saberes
15/2008	Seleção para auxílio à moradia
16/2008	Homologação de inscritos
18/2008	Resultado da seleção para auxílio à moradia
19/2008	Resultado da seleção para auxílio à moradia
20/2008	Resultado da seleção para auxílio pecuniário à moradia
21/2008	Resultado da seleção para auxílio à alimentação

22/2008 Resultado da seleção para auxílio vinculado ao projeto conexões e saberes

A princípio a justificativa para o programa de permanência da UFRB manteve-se, bem como os objetivos gerais e específicos. A partir do Edital 05/2008 a justificativa passa a ser reduzida perdendo o seguinte parágrafo.

As políticas implementadas na/pela UFRB terão sempre uma sustentação em dados empíricos densos e no embasamento técnico que possibilitem a sustentabilidade das ações, assegurando a implementação de um serviço de acompanhamento sócio pedagógico, visando o apoio acadêmico e fomento à vida comunitária dos beneficiados pelo Programa de Permanência (02/2007, p. 2).

Dos objetivos específicos foi retirado o tópico “contribuir para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional” (Edital02/2007, p.3). Porém, em editais posteriores e para auxílios similares estes trechos retornam.

O Edital 05/2008 é destinado à seleção de projetos para o Programa de Permanência Qualificada da UFRB. Este tem como principal mudança à inserção dos compromissos do professor/orientador, dentre elas, acompanhar, orientar e avaliar as atividades dos/as estudantes sobre sua orientação. Os projetos devem ter como eixos: desenvolvimento regional; culturas e diversidade; afrodescendência, políticas afirmativas e estudos étnicos-raciais; e políticas de acesso, permanência e pós-permanência no Ensino Superior.

O Edital 06/2008 trata da seleção para auxílio vinculado a projeto da Fundação Clemente Mariani, que repassa um auxílio pecuniário aos contemplados. Já o Edital 13/2008 trata da seleção para auxílio vinculado a projeto Conexões de Saberes, que, apesar de em sua descrição estar como vaga em Residência Estudantil, possivelmente deve seguir a mesma linha do 06/2008.

O Edital 07/2008 traz a seleção para estudantes/monitores para o Programa de Acesso – UFRB/Universidade Para Todos. A seleção é destinada a monitores para disciplinas de Português, Redação, Literatura, Língua Estrangeira, Matemática, Física, Química, Biologia, História e Geografia. Nesta seleção não há recorte de

renda ou obrigatoriedade de comprovação de situação sócio-econômica. O projeto é realizado em convênio com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

No ano de 2009 foram disponibilizados 33 Editais. Nos editais do ano de 2009 foi mantida a mesma estrutura dos anteriores. A partir do Edital 07/2009 a justificativa é reduzida, sendo retirados os parágrafos que tratam da construção participativa de suas ações e da avaliação baseada em dados densos que daria maior sustentabilidade as ações.

Tabela 6: Editais PROPAAE no ano de 2009 disponíveis no site da UFRB.

Edital	Assunto
01/2009	Retificação de auxílio à moradia
01/2009	Homologação do resultado do auxílio moradia
01/2009	Prorrogação do prazo para inscrições para auxílio à moradia
01/2009	Convocação para os contemplados pelo auxílio à moradia
02/2009	Convocação para renovação de auxílio à moradia e à alimentação
02/2009	Homologação do resultado do auxílio à moradia
02/2009	Prorrogação do prazo para inscrições para auxílio à moradia
03/2009	Seleção para auxílio à moradia
03/2009	Resultado do auxílio à moradia
03/2009	Prorrogação do prazo para inscrições para auxílio à moradia
03/2009	Convocação para os contemplados pelo auxílio à moradia
04/2009	Seleção para auxílio à moradia
04/2009	Prorrogação do prazo para inscrições para auxílio à moradia
04/2009	Convocação para os contemplados pelo auxílio à moradia
05/2009	Seleção para auxílio à moradia
05/2009	Homologação do resultado do auxílio à moradia
05/2009	Prorrogação do prazo para inscrições para auxílio à moradia
06/2009	Seleção para auxílio à moradia
06/2009	Homologação do auxílio à moradia e convocação para segunda etapa
06/2009	Prorrogação do prazo para inscrições para auxílio à alimentação
07/2009	Seleção de estudantes para o Programa de Acesso – Projeto Universidade Para Todos (para comunidade externa)
07/2009	Seleção para auxílio à moradia

07/2009	Homologação do auxílio à moradia e convocação para segunda etapa
07/2009	Prorrogação do prazo para inscrições para auxílio à moradia
08/2009	Seleção para estudantes/monitores para o programa Universidade Para Todos
08/2009	Seleção para auxílio à moradia
08/2009	Homologação do auxílio à moradia e convocação para segunda etapa
09/2009	Seleção para estudantes/gestores para o programa Universidade Para Todos
09/2009	Seleção para auxílio à moradia
09/2009	Homologação do auxílio à alimentação e convocação para segunda etapa
10/2009	Seleção para auxílio à moradia
10/2009	Homologação do resultado do auxílio à moradia
11/2009	Seleção para auxílio à alimentação

No ano de 2009 não ocorreram novos programas. Nesse sentido não serão descritas ações e passaremos ao ano de 2010. Em 2010 foram levantados 38 editais. Os editais mantiveram a mesma estrutura do ano anterior. Mas algumas mudanças são observadas, dentre elas destaca-se que os recursos são oriundos do Ministério da Educação, do PNAES e da UFRB. Bem como, a inserção do perfil socioeconômico definido pelo PNAES como critério para homologação da inscrição. Cabe lembrar que 2010 é o ano que entra em vigor o Decreto 7.234 que dispõe sobre o PNAES

Tabela 7: Editais PROPAAE no ano de 2010 disponíveis no site da UFRB.

Edital	Assunto
01/2010	Seleção para auxílio à moradia
02/2010	Seleção para auxílio pecuniário à moradia
03/2010	Seleção para auxílio pecuniário vinculado a projetos UFRB/PROPAAE
04/2010	Seleção para auxílio deslocamento
05/2010	Seleção para auxílio à alimentação
08/2010	Prorrogação de prazo de editais

09/2010	Homologação de resultados
10/2010	Editais para estabelecer período para reconsideração dos documentos apresentados para concessão de auxílios
11/2010	Convocação para apresentação de relatório final do auxílio pecuniário vinculado a projetos
16/2010	Resultados do processo seletivo para auxílio à moradia
17/2010	Resultados do processo seletivo para auxílio pecuniário à moradia
18/2010	Resultados do processo seletivo para auxílio pecuniário vinculado a projetos
19/2010	Resultados do processo seletivo para auxílio deslocamento
20/2010	Resultados do processo seletivo para auxílio à alimentação
22/2010	Seleção de projetos para o Programa de Vivência Comunitária
25/2010	Seleção de projetos de docentes para orientação
26/2010	Resultados do processo seletivo para auxílios
27/2010	Prorrogação do período de inscrição para seleção dos projetos do Programa de Vivência Comunitária
29/2010	Resultado da seleção do Programa de Vivência Comunitária
30/2010	Seleção para auxílio projetos institucionais UFRB/PROPAAE
31/2010	Seleção para auxílio à moradia
31/2010	Resultados do processo seletivo para projetos
32/2010	Seleção para auxílio pecuniário à moradia
33/2010	Seleção para auxílio deslocamento
34/2010	Resultados do processo seletivo para auxílios
35/2010	Retificação do edital 32/2010
36/2010	Homologação de resultados
38/2010	Retificação dos editais 30, 32 e 33/2010
39/2010	Prorrogação da entrega de documentos
40/2010	Prorrogação de prazos
41/2010	Resultados do processo seletivo para auxílios
42/2010	Retificação do edital 41/2010
43/2010	Seleção para auxílio projetos institucionais Conexões de Saberes
44/2010	Convocação para vagas residuais

46/2010	Convocação de selecionados do auxílio projetos institucionais Conexões de Saberes
47/2010	Convocação para entrega de relatórios parcial e final
48/2010	Resultado da seleção para projetos institucionais Conexões de Saberes
49/2010	Resultado de vagas residuais

Surge como novidade o edital para seleção para auxílio deslocamento (04/2010), que se refere a repasse financeiro mensal mediante análise de custo deslocamento em transporte coletivo comercial, entre a cidade de domicílio do/a estudante e o Centro de Ensino.

Outra novidade é o Programa de Vivência Comunitária que visa “promover e garantir à comunidade acadêmica, condições básicas para o desenvolvimento de suas potencialidades, visando sua inserção cidadã, cooperativa, propositiva e solidária no âmbito cultural, social e econômico da sociedade” (22/2010, p. 1). Ocorre através do apoio financeiro a projetos elaborados por estudantes, professores ou técnicos administrativos, concorrendo nas categorias de projetos artísticos e culturais, ações comunitárias e eventos de lazer, turismo e esporte. Os objetivos do programa são:

- Estabelecer espaços de sociabilidade entre os acadêmicos e as comunidades de acolhimento.
- Promover alternativas de convívio social através do lazer, do desporto, da cultura e das artes.
- Fortalecer os vínculos afetivos, psico-sociais e políticos entre os acadêmicos, e entre eles e as comunidades de acolhimento, tendo por base o princípio da promoção da diversidade.
- Promover a difusão cultural através das interfaces entre as culturas globais, regionais e as características culturais do Recôncavo.

Os projetos de docentes para orientação (25/2010) é mais uma novidade no ano de 2010. Os projetos encaminhados pelos professores devem estar inseridos em um dos seguintes eixos: desenvolvimento regional; contemporaneidade e diversidade; afrodescendência, políticas afirmativas e estudos étnico-raciais; políticas de acesso, permanência e pós-permanência no ensino superior; educação,

história e cultura; gênero, sexualidade e juventude; territórios de identidade – saberes e conexões locais; promoção da saúde em populações negras.

Nem todas as mudanças são positivas, é observado que o auxílio alimentação é reduzido de desejum e almoço para apenas o almoço.

O auxílio projetos institucionais Conexões de Saberes (43/2010) possui objetivos específicos diferente dos demais, destaca-se que o projeto deve ser desenvolvido a partir de três dimensões:

I. Político-institucional – firmando o Programa na agenda política das IES públicas federais para contribuir para a formulação de uma política nacional de ações afirmativas destinadas à democratização do acesso e da permanência, com qualidade, de estudantes de origem popular na universidade.

II. Formação acadêmica e política - visando à atuação qualificada dos estudantes de origem popular participantes do Programa como pesquisadores e extensionistas, do ponto de vista social e técnico-científico, em diferentes espaços sociais, nas comunidades populares e na universidade.

III. Interação comunidade e universidade - promovendo o encontro e a troca de saberes e fazeres entre as comunidades populares e a universidade a partir da implementação de projetos de extensão-ensino-pesquisa (p. 2).

Possui também requisitos para participação específicos:

- a) Local de moradia (morar/ser oriundo de espaços populares/periféricos ou assemelhados, remanescentes de quilombos, áreas de assentamento e ribeirinhas,
- b) Ser oriundo de famílias com pais com baixa escolaridade.
- c) Ter perfil sócio-econômico definido pelo Dec. 7234/10
- d) Ser proveniente de escola pública.
- e) Preferencialmente, ter declarado pertencimento étnico-racial negro ou indígena (p.2).

No ano de 2011 foram disponibilizados 34 editais. A partir deste ano os editais evidenciam em seu primeiro parágrafo estar em conformidade com o estabelecido no PNAES e o Decreto 7.416/2010¹⁰. No que tange a estrutura dos editais houve redução em relação a 2010. Retirou-se dos objetivos contribuir para formação

¹⁰ Regulamenta a concessão de bolsas para o desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária.

científica de recursos humanos que se dedicarão a atividade profissional. Houve também a redução dos objetivos específicos. O compromisso dos estudantes também foi modificado. O perfil para acessar o auxílio também passou por mudanças, a que chamou mais atenção foi: Ter coeficiente de rendimento acadêmico igual ou superior a 7,0 (Dec.7416/2010).

Tabela 8: Editais PROPAAE no ano de 2011 disponíveis no site da UFRB.

Edital	Assunto
01/2011	Seleção para auxílio à alimentação
02/2011	Seleção para auxílio à moradia
03/2011	Seleção para auxílio deslocamento
04/2011	Seleção para auxílio pecuniário vinculado a projetos institucionais
05/2011	Seleção para auxílio pecuniário à moradia
06/2011	Resultado da seleção para equipe executora do Centro de Referência Esportiva do Recôncavo da Bahia
06/2011	Seleção de estudantes/gestores para o programa Universidade Para Todos
07/2011	Seleção de estudantes/monitores para o programa Universidade Para Todos
09/2011	Homologa candidatos que cumpriram a primeira etapa do processo seletivo
09/2011	Cronograma de entrevistas
12/2011	Resultado da seleção para auxílios
13/2011	Abertura para realização do V Fórum Pró-Igualdade Racial e Inclusão Social do Recôncavo
14/2011	Convocação para reunião
14/2011	Resultado da seleção para auxílios
15/2011	Seleção de projetos de docentes para orientação
17/2011	Prorrogação da seleção de projetos docentes para orientação
16/2011	Convocação para vagas residuais
18/2011	Prorrogação do prazo para realização do V Fórum Pró-igualdade Racial e Inclusão Social do Recôncavo 2011

18/2011	Convocação para vagas residuais por desligamento
20/2011	Convocação para entrega de relatório parcial
21/2011	Seleção para auxílio deslocamento
22/2011	Seleção para auxílio pecuniário vinculado a projetos institucionais
23/2011	Seleção para auxílio pecuniário à moradia
24/2011	Seleção para auxílio à alimentação
25/2011	Seleção para auxílio à moradia
26/2011	Prorrogação de editais de auxílios
27/2011	Homologa resultados de auxílios
28/2011	Resultado da seleção para auxílios
29/2011	Resultado da seleção para auxílios
30/2011	Resultado de seleção para auxílios
31/2011	Convocação para oficialização dos auxílios
32/2011	Convocação para oficialização do auxílio alimentação
32/2011	Convocação para vagas residuais
33/2011	Convocação para vaga residual

Mudanças foram inseridas como condições para acessar as modalidades de auxílio à moradia e deslocamento. Para ter acesso a estes auxílios passou a ser obrigatório ser oriundo de cidade pelo menos 70 km de distância do centro de ensino ou ser da Zona Rural com cobertura de transporte regular. O auxílio à moradia passa a ser concedido como acesso a vaga na residência universitária com direito a alimentação. E o auxílio à alimentação em forma de almoço para alunos do diurno ou jantar para alunos do noturno.

O programa de seleção de projetos de docentes para orientação (15/2011) teve modificações em seus eixos. O desenvolvimento regional deixou de ser eixo e passou o foco, e ao eixo gênero, sexualidade e juventude, acrescentou-se diversidade e direitos geracionais.

Em 2011 surge como novidades nos editais a realização do V Fórum de Pró-Igualdade Racial e Inclusão Social do Recôncavo que tem por objetivo realizar atividades, fomentar discussões e reflexões relacionadas às políticas e práticas afirmativas que expressam as reações das populações negras no Recôncavo e nas

demais regiões do país. O edital 13/2011 realizou a chamada de propostas para financiamento para a realização do fórum nos centros de ensino da UFRB. Eram conferidas prioridade as seguintes temáticas: desenvolvimento regional; cultura e diversidade; afrodescendência, políticas afirmativas e estudos étnico-raciais; e políticas de acesso, permanência e pós-permanência no ensino superior.

No ano de 2012 haviam 56 arquivos. No que tange a estrutura do edital, foi totalmente reconfigurado. Foi retirada a justificativa e os objetivos. Os requisitos para inscrição foram mantidos, com exceção da necessidade de ter coeficiente de rendimento acadêmico igual ou superior a 7,0.

Tabela 9: Editais PROPAAE no ano de 2012 disponíveis no site da UFRB.

Edital	Assunto
01/2012	Seleção para auxílio vinculado a projeto
01/2012	Seleção para coordenadores de área para o Programa Universidade Para Todos (para professores da UFRB)
01/2012	Chamada para submissão de propostas para o Fórum 20 de Novembro
01/2012	Retificação de edital de seleção
01/2012	Prorrogação para inscrições de GTs para VI Fórum 20 de Novembro
02/2012	Resultados de GTs para o VI Fórum 20 de Novembro
02/2012	Seleção para auxílio deslocamento
02/2012	Retificação de edital de seleção
03/2012	Seleção para estudantes/monitores para o Programa Universidade Para Todos
03/2012	Seleção para auxílio à alimentação
03/2012	Retificação de homologação de seleção
03/2012	Premiação para projetos de pesquisa e extensão no VI Fórum 20 de Novembro
04/2012	Seleção para auxílio à moradia
04/2012	Seleção secretários de apoio escolar para o Programa Universidade Para Todos
04/2012	Seleção de monitores para o Programa Universidade Para Todos

05/2012	Seleção para coordenadores de área para o Programa Universidade Para Todos (para professores da UFRB)
05/2012	Homologação do cumprimento da primeira etapa da seleção
06/2012	Seleção para professores especialistas para o Programa Universidade Para Todos (para professores da UFRB ou pós-graduandos)
06/2012	Prorrogação de editais
06/2012	Seleção de monitores/professores para o Programa Universidade Para Todos
07/2012	Seleção de estudantes para o Programa Universidade Para Todos (comunidade externa)
07/2012	Resultado da seleção para monitores do Programa Universidade Para Todos
08/2012	Seleção de estudantes para o Programa Universidade Para Todos (comunidade externa)
09/2012	Resultado da seleção para auxílios
10/2012	Resultado da seleção para auxílios
11/2012	Convocação para vagas residuais
12/2012	Convocação para oficialização dos auxílios
13/2012	Resultado de seleção para auxílio
14/2012	Convocação para ingresso em residência universitária

No ano de 2012 não foram apresentadas ações diferentes, pelo contrário, algumas ações que ocorreram em anos anteriores deixaram de ter editais abertos para seleção. A exemplo o Projeto de Vivência Comunitária.

O ano de 2013 conta com 100 editais. A estrutura do edital permaneceu idêntica a do ano de 2012.

Tabela 10: Editais PROPAAE no ano de 2013 disponíveis no site da UFRB.

Edital	Assunto
---	Seleção de projetos culturais para apoio financeiro

01/2013	Seleção para tutores, mentores e desenvolvedores dos projetos que compõem o PROMOVER
01/2013	Seleção para auxílio vinculado a projetos institucionais
01/2013	Vagas remanescentes PROMOVER
01/2013	Seleção de propostas de projetos e programas integrados para o Programa Integrado de Ação Afirmativa (docentes)
01/2013	Seleção de propostas para o II Fórum Internacional 20 de Novembro e VII Fórum Pró-Igualdade Racial e Inclusão Social
01/2013	Seleção do Programa Equidade na Pós-graduação
02/2013	Seleção de estagiários de apoio escolar para o Programa Universidade Para Todos
02/2013	Seleção para auxílio deslocamento
02/2013	Seleção para auxílio à alimentação
03/2013	Seleção de coordenadores de área para o Programa Universidade Para Todos (professores, técnicos administrativos ou pós-graduandos)
03/2013	Seleção para auxílio à moradia
03/2013	Apoio à realização de eventos acadêmicos para proponentes discentes
03/2013	Seleção para auxílio à moradia
04/2013	Seleção para auxílio à alimentação
04/2013	Seleção para auxílio deslocamento
05/2013	Seleção de estudantes para o Programa Universidade Para Todos (comunidade externa)
05/2013	Seleção para auxílio vinculado a projetos institucionais
05/2013	Prorrogação da inscrição para monitores do Programa Universidade Para Todos
05/2013	Homologação do cumprimento da primeira etapa da seleção
06/2013	Seleção de proposta de apoio financeiro para participação em eventos de natureza científica
06/2013	Vagas remanescentes para o Programa de Desenvolvimento Acadêmico em Línguas da UFRB

07/2013	Resultado de seleção para auxílios
08/2013	Resultado de seleção para auxílios
08/2013	Seleção para bolsa esporte
08/2013	Resultado de inscrições para bolsa esporte
08/2013	Vagas remanescentes bolsa esporte
09/2013	Convocação para oficialização de auxílios
10/2013	Convocação para oficialização de auxílios
11/2013	Homologação do cumprimento da primeira etapa da seleção
12/2013	Reabertura de recebimento de propostas para apoio em participação de eventos
13/2013	Seleção de monitores para o Programa de Desenvolvimento Acadêmico em Línguas da UFRB
14/2013	Inscrição para o Programa de Desenvolvimento Acadêmico em Línguas da UFRB
15/2013	Seleção de estagiários do ensino superior
16/2013	Retificação de edital
16/2013	Vagas remanescentes bolsa esporte
17/2013	Convocação para vagas residuais
17/2013	Retificação de editais
18/2013	Seleção para Programa de Desenvolvimento Acadêmico em Línguas da UFRB
18/2013	Resultado parcial auxílios
19/2013	Resultado seleção para auxílios
20/2013	Vagas residuais para auxílios
21/2013	Convocação para oficialização do auxílio
22/2013	Vagas residuais para auxílios

No ano de 2013 a novidade é o Programa de Combate à Evasão e Retenção (PROMOVER), que tem em vista:

[...] criar um ambiente de acolhimento destinado aos discentes com baixo desempenho verificado no exame de entrada (SISU) e/ou no decorrer de sua trajetória de graduação visando permitir aos mesmos

condições de cursar satisfatoriamente as disciplinas iniciais de um curso de Ciência Exatas e Tecnológicas. Fazem parte do programa os projetos de Ambiente Virtual de Nivelamento, Tutoria em Disciplinas Básicas da UFRB e Website do PROMOVER (01/2013 p.1).

O Programa de Desenvolvimento Acadêmico em Línguas da UFRB, apesar de já constar em documentos do ano de 2012, só abre em 2013, via edital, vagas para monitores com remuneração. O programa é uma ação conjunta da PROPAAE, da Pró-reitoria de extensão e da Superintendência de Assuntos Internacionais. Este programa tem como objetivo

[...] oportunizar a aprendizagem de línguas estrangeiras e português (produção textual) para os discentes, docentes, técnicos e comunidade externa da UFRB visando um melhor desenvolvimento acadêmico e/ou profissional e uma educação na UFRB com mais qualidade e inclusão (13/2013, p. 1).

Outras novidades do ano de 2013 são a seleção para estagiários do ensino superior (15/2013), a qual tem como objetivo oportunizar a realização de estágio não obrigatório remunerado visando a complementação da formação acadêmica, e o edital 06/2013 de apoio a participação em eventos de natureza científica ou tecnológica, que tem em vista incentivar a participação dos estudantes da UFRB em eventos, nacionais ou internacionais, para apresentar trabalhos de sua autoria.

O ano de 2013 ainda contou com mais um novo programa, o Programa Bolsa Esporte (08/2013), que concede apoio a projetos nas áreas de esportes coletivos, esportes individuais, lutas, ginástica/dança e xadrez. O objetivo do programa é

Conceder bolsa para os proponentes de projetos esportivos e de lazer no âmbito da UFRB, com o objetivo de promover a integração acadêmica e estimular hábitos saudáveis, a partir da inserção do estudante de graduação na realização de atividades esportiva e de lazer, contribuindo para a formação universitária (p.1).

O Programa Integrado de Ação Afirmativa é mais um programa que surge em 2013. Este concede auxílio financeiro a estudantes vinculados a projetos que valorizem a articulação entre pesquisa, ensino e extensão e o desenvolvimento

institucional com ênfase em políticas afirmativas. Os programas selecionados poderão ser contemplados com até três bolsas. Tem como objetivos:

- 1 Consolidar a política de democratização de acesso e permanência na Universidade;
- 1.1.2 Viabilizar a participação de alunos no processo de interação entre a Universidade e demais setores da sociedade;
- 1.1.3 Incentivar os processos educativos, culturais, científicos e tecnológicos, como forma de aprendizagem, considerando a relação entre ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional;
- 1.1.4 Fomentar o interesse por ações institucionais e incentivar novos talentos potenciais entre estudantes de graduação;
- 1.1.5 Contribuir para a formação e qualificação de cidadãos socialmente comprometidos (p. 2).

O edital de apoio financeiro a projetos culturais tem como objetivo incentivar a participação de estudantes e a realização de projetos culturais nos centros de ensino da UFRB, as áreas são: artes integradas; artes plásticas, artes gráficas; artes cênicas, compreendendo teatro, ópera, dança, circo e performance; áudio visual; cultura popular e artesanato; música; e literatura.

O edital 01/2013 apresenta o Programa Equidade na Pós-graduação, que busca preparar egressos da graduação para ingressar na pós-graduação. A ação é financiada pela Fundação Ford e pela Fundação Carlos Chagas.

O ano de 2014 conta com 38 editais. No que tange a estrutura dos editais, as principais características mantiveram-se.

Tabela 11: Editais PROPAAE no ano de 2014 disponíveis no site da UFRB.

Edital	Assunto
01/2014	Seleção para auxílios
02/2014	Seleção de propostas de apoio financeiro para participação em eventos de natureza científica e/ou tecnológicos
03/2014	Homologação de candidatos que cumpriram os requisitos do processo seletivo para auxílios
04/2014	Homologação de candidatos inscritos para o apoio a apresentação de trabalhos científicos e ou tecnológicos
05/2014	Seleção para estagiário de coordenação do Programa Universidade Para Todos

05/2014	Resultado de homologação das inscrições para estagiário de coordenação do Programa Universidade Para Todos
06/2014	Seleção para bolsa esporte
06/2014	Seleção bolsa esporte para vagas remanescentes
06/2014	Resultado da seleção para bolsa esporte
07/2014	Seleção de estagiários de apoio escolar do Programa Universidade Para Todos
07/2014	Resultado final para estagiário de apoio escolar do Programa Universidade Para Todos
07/2014	Homologação das inscrições de estagiários de apoio escolar do Programa Universidade Para Todos
08/2014	Seleção de coordenadores de área do Programa Universidade Para Todos
08/2014	Homologação das inscrições de coordenadores de área do Programa Universidade Para Todos
08/2014	Resultado final para coordenadores de área do Programa Universidade Para Todos
09/2014	Seleção do Programa de Promoção da Equidade Racial no Recôncavo da Bahia
09/2014	Resultado da seleção do Programa de Promoção da Equidade Racial no Recôncavo da Bahia
10/2014	Seleção para monitores do Programa Universidade Para Todos
10/2014	Homologação das inscrições e convocação para entrevista de monitores do Programa Universidade Para Todos
11/2014	Seleção de estagiários do ensino superior
11/2014	Homologação de inscrição para estagiários do ensino superior
12/2014	Seleção para monitores do Programa Universidade Para Todos
12/2014	Resultado da seleção para monitor do Programa Universidade Para Todos
12/2014	Homologação das inscrições e convocação para entrevista de monitores do Programa Universidade Para Todos
13/2014	Convocação para estagiários e bolsistas para o Projeto Censo das Manifestações Culturais Negras na Bahia
14/2014	Resultado da seleção para auxílios
15/2014	Seleção para auxílios
16/2014	Homologação as inscrições dos candidatos ao apoio a apresentação de trabalhos científicos e ou tecnológicos

17/2014	Seleção para estudantes do Programa de Desenvolvimento Acadêmico de Línguas da UFRB
18/2014	Convocação para vagas remanescentes de auxílios
19/2014	Homologação das inscrições para apoio a apresentação de trabalhos científicos e/ou tecnológicos
20/2014	Seleção para auxílios (alimentação, moradia, deslocamento e vinculado a projetos)
21/2014	Edital de retificação
22/2014	Convocação para entrevistas para PPQ
23/2014	Homologação as inscrições dos candidatos ao apoio a apresentação de trabalhos científicos e ou tecnológicos
24/2014	Homologação dos candidatos que cumpriram a primeira etapa da seleção para auxílios
25/2014	Convocação de vagas remanescentes para auxílios
26/2014	Resultado final da seleção para auxílios

O Edital 13/2014 traz o Projeto Censo das Manifestações Culturais Negras na Bahia, o qual selecionou bolsistas e estagiários.

O objetivo principal do projeto é a produção e publicação de inventário, pesquisa e estudos técnicos sobre a cultura afro-brasileira, tendo em vista a preservação e promoção da memória, saberes, formas de expressão, celebrações, manifestações, documentos, sítios históricos referentes à população negra, comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana no Recôncavo da Bahia e em estados do Nordeste do Brasil (p.1).

O edital 09/2014 apresenta o processo seletivo para bolsistas do Programa de Equidade Racial no Recôncavo da Bahia. Tal programa tem por objetivo proporcionar a oportunidade de executar atividades relacionadas à promoção da equidade racial no recôncavo, visando o aprendizado e à complementação da formação. As atribuições dos estudantes são:

3.1. Levantamento e mapeamento de povos e comunidades tradicionais dos municípios de Cruz das Almas, Cachoeira, Amargosa, Governador Mangabeira e Santo Antonio de Jesus;

- 3.2. Organizar a realização de reuniões com representantes dos Movimentos sociais e do Poder Público destes municípios para tratar dos objetivos do Programa;
- 3.3. Contribuir para organização e realização dos seminários do Programa (02 seminários)
- 3.4. Realizar visitas técnicas às comunidades e povos tradicionais destes municípios;
- 3.5. Realizar pesquisa e levantamento de informações sobre as comunidades selecionadas para o Programa;
- 3.6. Realizar registro audiovisual das produções culturais das comunidades que integram o Programa;
- 3.7. Produzir material informativo e de divulgação sobre o Programa (p. 2).

O ano de 2015 possui 25 arquivos. Houve mudanças na distância estabelecida para acesso a auxílio transporte, de 70 km para 50 km, e para auxílio à moradia, de 70 km para 50 km.

Tabela 12: Editais PROPAAE no ano de 2015 disponíveis no site da UFRB.

Edital	Assunto
01/2015	Seleção para auxílio vagas residuais
02/2015	Seleção para auxílios
03/2015	Retificação de edital
05/2015	Resultado da inscrição para bolsa esporte
05/2015	Retificação de edital
06/2015	Seleção para a bolsa esporte
07/2015	Hologação da inscrição para auxílios
08/2015	Seleção de propostas para apoio à apresentação de trabalhos científicos e/ou tecnológicos
09/2015	Homologação da inscrição para auxílios
10/2015	Resultado da inscrição para bolsa esporte
11/2015	Homologação da inscrição para auxílios
12/2015	Resultado da seleção para auxílios
13/2015	Seleção para bolsa esporte vagas remanescentes
14/2015	Homologação de inscritos para apoio a apresentação de trabalhos científicos e/ou tecnológicos

15/2015	Seleção para auxílio alternância
16/2015	Seleção para o Programa de Permanência Alternância – auxílio alternância
16/2015	Resultado da seleção para auxílios
17/2015	Resultado da seleção para auxílios
18/2015	Seleção para auxílios
19/2015	Inscrições para o programa de inclusão digital
20/2015	Retificação de edital
21/2015	Inscrição para tutores do Programa de Tutorias do CETEC
22/2015	Homologação das inscrições para auxílios
23/2015	Inscrição para tutoria voluntária para o Programa de Tutorias do CETEC
24/2015	Inscrição para tutorandos do Programa de Tutorias do CETEC

O Edital 016/2015 de 16/11/2015 trata sobre o Programa de Permanência Alternância (PPA) da UFRB, é direcionado aos estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo - Regime de Alternância, e, apesar de ser realizada por meio da PROPAAE, não possui relação com o PNAES. Está em conformidade com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Decreto 7.352/2010¹¹.

No PPA é repassado mensalmente o valor de R\$ 400,00 para auxiliar os estudantes nas despesas acadêmicas. Para participar é necessário estar matriculado no curso de Licenciatura em Educação do Campo, comprovar situação de vulnerabilidade socioeconômica, apresentar perfil socioeconômico estabelecida pela PRONERA, prioritariamente ingresso pelo sistema de cotas ou ter participado da modalidade Educação de Jovens e Adultos, não ter vínculo empregatício, não ser graduado, não receber outra bolsa de natureza acadêmica.

O Edital 019/2015 de 13/11/2015 é destinado a ações de inclusão digital por meio de empréstimo de *notebooks*, este também é específico para os estudantes de Licenciatura em Educação do Campo em regime de alternância. Os requisitos para o

¹¹ Estabelece em seu art. 1º “A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios [...]”.

empréstimo do *notebook* são: estar regularmente matriculado do curso de Educação do Campo – Regime de Alternância; ser residente universitário; e estar de acordo com a portaria nº 328/2015.

O Edital 021/2015 de 19/11/2015 abre o processo de seleção para tutores do Programa de Tutoria da CETEC. O Programa de Tutoria tem o objetivo oferecer acompanhamento dos componentes de Cálculo Diferencial e Integral I, Física Geral e Experimental I e Geometria Analítica, para recém ingressos ou retidos nestes componentes nos cursos de graduação do CETEC.

Dos requisitos para tornar-se tutor: estar regularmente matriculado na graduação ou pós-graduação do CETEC; possuir vínculo com a PROPAAE, no programa PPQ; ter sido aprovado nas disciplinas em que será tutor.

5.3.3 Limites e possibilidades da assistência estudantil para promoção da saúde na UFRB

No capítulo 3 evidenciamos a relação entre as ações relatadas no PNAES com os pré-requisitos para a saúde estabelecidos na Carta de Ottawa. Ressaltando que partimos dessa premissa para a elaboração deste estudo. No entanto, um olhar mais apurado sobre o desenvolvimento das ações na universidade pode contribuir para uma percepção mais real do fenômeno.

As normativas analisadas nesse estudo buscaram estabelecer a correlação com o PNAES, enquanto os editais, considerados a materialização das normativas, mostram proximidade com as ações do PNAES. Nem todas as ações indicadas no decreto foram observadas no cotidiano da UFRB, mas a partir das que têm sido desenvolvidas é possível afirmar que há forte relação com os pré-requisitos para saúde da Carta de Ottawa. Fator que já era esperado, dada à relação estabelecida no capítulo 3.

Constituída tal relação avançaremos na avaliação desta política. Avaliaremos a AE da UFRB como estratégia de PS a partir dos princípios da PS destacados no documento Health Promotion Evaluation: Recommendations to Policy-Makers (WHO,

1998). De acordo com este documento as iniciativas em PS devem ser implementadas de acordo com os seguintes princípios:

- Conceção holística: intervenção sobre os determinantes gerais da saúde, promovendo a saúde física, mental, social e espiritual;
- Empoderamento: processo de capacitação para que as pessoas e as comunidades possam ter maior controle sobre os fatores pessoais, económicos e ambientais que afetam sua saúde;
- Equidade: proposição de ações que caminhem na direção de reduzir as desigualdades sociais pela priorização de intervenções nos seguimentos com piores condições de vida;
- Intersetorialidade: colaboração entre múltiplos setores para conclusão de um ou mais objetivos;
- Multi-estratégias: o uso de uma variedade de abordagens;
- Participação social: participação dos interessados em todas as fases do planejamento, implementação e avaliação das ações de PS;
- Sustentabilidade: construção de ações que os sujeitos e comunidades podem manter mesmo que finalizada a ação ou o financiamento.

A partir da análise das normativas e editais disponíveis no site da UFRB é possível afirmar que AE na instituição relaciona-se com os citados princípios, podendo caracterizar-se como uma política de PS. Por outro lado, a AE na UFRB divide-se em várias ações, estas que não atendem a todos e todas estudantes igualmente, pois para ter acesso a alguns auxílios é necessário não estar vinculado a outro e nem todos os auxílios estão disponíveis em todos os centros.

Por esse motivo optou-se em correlacionar os princípios da PS não apenas com a AE num contexto geral, mas também com ações específicas dessa política na UFRB, dessa forma é possível evidenciar o potencial destas ações, bem como os limites de outras. Não obstante, não excluímos da análise ações que deixaram de acontecer, pois, se assim fosse, perderíamos a possibilidade de ter um olhar também sobre essas ações.

A concepção holística é observada na atuação da AE por tratar de DSS como renda, alimentação, moradia e educação. Como exemplo de PS física pode-se citar a existência da Bolsa Esporte que possibilita aos estudantes aulas de dança, lutas, etc. Ainda que tal disponibilidade esteja condicionada a existência de estudantes proponentes de ações em cada um dos centros, revela-se como um importante fomento a realização de atividades físicas pelos estudantes.

Na saúde mental programas como a Tutoria do CETEC contribuem de forma relevante para redução do sofrimento psíquico dos estudantes recém-ingressos que, por conta de deficiências nas ciências exatas durante o ensino médio, tem problemas no início do curso.

O Programa de Vivência Comunitária relaciona-se com o desenvolvimento da saúde física, mental e social, ao estabelecer espaços de sociabilidade entre acadêmicos e as comunidades de acolhimento, promover alternativas de convívio social através do lazer, do desporto, da cultura e das artes e fortalecer os vínculos afetivos, psico-sociais e políticos.

A AE na UFRB atua com multi-estratégias, dispondo de ações direcionadas à alimentação, à moradia, o acesso a esportes, à educação, entre outras. Porém, ainda que atue em diversas direções tendo grande impacto sobre diferentes aspectos dos DSS, torna-se limitada, pois o acesso a uma modalidade de bolsa, em alguns casos, pode impossibilitar o acesso à outra, bem como, as ações da desenvolvidas pela AE não estão disponíveis igualmente em todos os Campus da universidade.

A participação social aparece nos editais da PROPAAE dos anos de 2007, 2008 e 2009. Estes evidenciam na sua justificativa que a construção da pauta da AE ocorreu com a participação da comunidade universitária em audiências públicas. No entanto, apenas a partir da análise dos editais e das normativas não é possível afirmar se tal processo foi realizado para a implantação de novas ações no decorrer dos anos. Porém é possível, a partir das normativas, deduzir que existe participação na avaliação e no monitoramento da AE através do Comitê de Acompanhamento e Monitoramento do PPQ UFRB¹². No entanto, a participação dos estudantes no

¹² Este comitê tem como funções assegurar o cumprimento dos objetivos institucionais e do PNAES, assessorar a PROPAAE como instância consultiva, integrar a Comissão de Permanência por meio da

Comitê ocorre por meio da representação de um/uma estudante de cada modalidade de auxílios regulares do PPQ, por centro de ensino, podendo não contemplar diretamente todos os interessados.

A participação social não tem sido exigida em programas que envolvam a comunidade externa, mesmo em programas onde esta é o foco da ação. Programas como o PVCOM apoiam propostas para atuação junto a comunidades de acolhimento, mas, como observado nos editais, os proponentes podem ser apenas estudantes, professores e técnicos administrativos, sem que ocorra diretamente a participação de todos os interessados no processo de elaboração, implementação e avaliação da proposta.

Vasconcelos e Schmaller (2014) destacam que apesar da participação revelar-se com fator relevante para superar práticas autoritárias, ela pode reeditar o “discurso desenvolvimentista de “comunidade” ou “participação”, ao enfatizar a resolução dos “problemas” de cada “comunidade”, como se estes pudessem ser isolados, desconectados da formação sócio-histórica que os geram” (p. 134).

A intersectorialidade é observada em ações conjuntas com a Pró-Reitoria de Extensão da UFRB na realização de eventos e com institutos e fundações externas a instituição, especialmente no que tange a concessão de bolsas, por exemplo, com a Fundação Celmente Mariani e o convênio com a Secretaria do Estado da Bahia para a realização do Projeto Universidade Para Todos.

A intersectorialidade tem sido ressaltada como um dos fatores limitantes para a realização de ações de PS, uma vez que envolvem a aproximação e colaboração entre diferentes setores com diferentes objetivos. Para Buss e Carvalho (2009) a PS no Brasil tem esbarrado na cultura setorial e competitiva, na ausência de uma política estratégica de desenvolvimento social e no predomínio da racionalidade biomédica nas arenas de saúde.

Vasconcelos e Schmaller (2014) ressaltam os riscos do excessivo foco na intersectorialidade, pois isso pode levar a uma secundarização da atenção à saúde em detrimento a ações exteriores aos serviços de saúde, como se ações externas

indicação da representação discente exigida e participar da organização do SEMAE - Seminários sobre Assuntos Estudantis.

pudessem sozinhas dar conta das questões de saúde, levando a um enxugamento dos gastos.

O avanço da PS na universidade pode ser potencializado a partir de novas parcerias com órgãos, instituições e setores ligados à saúde e a PS, ainda que partamos do pressuposto de que a saúde depende não apenas do setor saúde, o mesmo pode contribuir de forma decisiva para o aprofundamento de questões relacionadas PS, uma vez que é um dos focos de sua atenção. Outrossim, é preciso estabelecer maiores relações dentro da própria universidade, especialmente com o Centro de Ciências da Saúde da UFRB, o qual poderia trazer contribuições relevantes.

A equidade pode ser percebida na forma como se estabelece a AE não apenas na UFRB, mas no país, dada as especificações do PNAES. O modelo de recorte de renda evidencia o reconhecimento que as desigualdades sociais afetam o desempenho acadêmico dos estudantes. A política atua na redução das desigualdades, possibilitando aos estudantes com pior condição de vida a conclusão de seus cursos.

Por outro lado, o que pode ser tratado como equidade, é, ao mesmo tempo, uma proposta focalizadora que exclui outros estudantes que dependeriam do auxílio para dedicar-se exclusivamente aos estudos. Se seguido rigidamente o que é atribuído no PNAES, estudantes podem ficar fora do corte de renda por uma pequena diferença de renda. É necessário perceber que o corte, ainda que leve em consideração a renda per capita, não leva em consideração as especificidades das famílias.

Além da destinação de auxílios a estudantes em situação de vulnerabilidade econômica, no que tange especificamente a UFRB, é possível observar entre os objetivos dispostos nos editais “combater o racismo e as desigualdades sociais”. Este objetivo relaciona-se com os pré-requisitos para saúde: justiça social e equidade. Ações como o Programa de Equidade Racial no Recôncavo da Bahia, que traz a equidade em seu próprio nome, e o Programa Integrado de Ação Afirmativa, evidenciam a preocupação com o fortalecimento equidade na UFRB e com a participação da UFRB.

Vasconcelos e Schmaller (2014) revelam que a discussão sobre a equidade nas políticas é complexo, pois a equidade pode estar relacionada com a eficiência das políticas públicas¹³. Destacam ainda que, mesmo se colocando contrária as iniquidades em saúde, a PS não aborda a complexidade das expressões da questão social, não se debruçando sobre as relações geradoras das iniquidades em saúde. O que leva a discussão a superficialidade dos fatos, sem um aprofundamento sobre a raiz das desigualdades sociais que levam as iniquidades em saúde.

É necessário ter a percepção que o problema não se inicia com a entrada na universidade. Sua ramificação dentro da instituição se dá pelo fato da universidade não está dissociada da sociedade. É preciso reconhecer que “[...] A universidade é uma expressão da própria sociedade brasileira, abrigando também as contradições nela existentes” (ANDIFES, 2007, p. 4). Nesse sentido, a ação isolada na universidade não dará conta de responder problemas de iniquidades em saúde anteriores ao ingresso do estudante, porém, pode contribuir para que o estudante desenvolva seu potencial de saúde durante a passagem pela universidade, fator que pode ter repercussões por toda a sua vida e em espaços que posteriormente estará inserido.

O empoderamento é considerado por alguns autores como um dos princípios mais relevantes da PS. Nas ações da PROPAAE o empoderamento aparece de diferentes formas, desde a participação em grupos de pesquisa, até eventos realizados pela instituição. Nestes, os estudantes discutem, entre outros assuntos, o acesso, a permanência e pós-permanência na universidade, questões relacionadas às ações afirmativas, que os ajudam a compreender a realidade em que estão inseridos.

O V Fórum de Pró-Igualdade Racial e Inclusão Social do Recôncavo mostra, através da chamada de propostas para financiamento para a realização do fórum nos centros de ensino da UFRB, temáticas prioritárias a sua relação com o processo de capacitação dos estudantes, a saber: desenvolvimento regional; cultura e diversidade; afrodescendência, políticas afirmativas e estudos étnico-raciais; e políticas de acesso, permanência e pós-permanência no ensino superior.

¹³ Produzir o máximo de resultados com o mínimo de recursos, relacionando-se com a racionalidade dos recursos públicos.

A seleção de projetos docentes para orientação priorizava projetos que tinham estes mesmos eixos, além de: educação, história e cultura; gênero, sexualidade e juventude; territórios de identidade – saberes e conexões locais; promoção da saúde em populações negras.

O auxílio a projetos institucionais Conexões de Saberes também se mostra como instrumento relevante para o empoderamento, especialmente, mas não exclusivamente, para os estudantes envolvidos em suas práticas. Ao analisar as suas três dimensões é possível observar seu potencial não apenas para o empoderamento, mas para a equidade, a sustentabilidade, a concepção holística e a participação social:

I. Político-institucional – firmando o Programa na agenda política das IES públicas federais para contribuir para a formulação de uma política nacional de ações afirmativas destinadas à democratização do acesso e da permanência, com qualidade, de estudantes de origem popular na universidade.

II. Formação acadêmica e política - visando à atuação qualificada dos estudantes de origem popular participantes do Programa como pesquisadores e extensionistas, do ponto de vista social e técnico-científico, em diferentes espaços sociais, nas comunidades populares e na universidade.

III. Interação comunidade e universidade - promovendo o encontro e a troca de saberes e fazeres entre as comunidades populares e a universidade a partir da implementação de projetos de extensão-ensino-pesquisa (43/2010, p. 2).

É necessário destacar que com base nos editais e normativas não existe nenhuma chamada para que os estudantes, fora de eventos e do Comitê de Avaliação e Monitoramento no qual têm uma participação restrita, possam discutir a AE na instituição, evidenciar as dificuldades e propor avanços. Fator que seria de grande relevância tanto para o empoderamento dos estudantes, quanto para participação social.

A abertura de espaços para a discussão sobre a saúde dos estudantes também se revelaria com um movimento relevante para o empoderamento destes, para a própria compreensão e reflexão de como isso ocorre e/ou pode ocorrer, possibilitando um avanço na participação social através de proposições que partissem dos próprios discentes.

Vasconcelos e Schmaller (2014) apresentam a ambiguidade presente no princípio empoderamento, ressaltando que esse tem se desenvolvido não como forma de fortalecer a ação coletiva contra estruturas de poder, mas como uma forma de estabelecer consensos, um meio para tutelar a maioria da população.

Ao buscar compreender, na análise dos editais e normativas, de que forma a PROPAAE tem se relacionado com os termos saúde e PS percebeu-se que o termo PS surge apenas uma vez nos documentos analisados, e quando surge não é relacionado à PS dos estudantes, mas como eixo de pesquisa dos projetos docentes para orientação. Um segundo momento que ocorre um direcionamento a PS é na descrição do Programa Bolsa Esporte onde ocorre uma referência à promoção de hábitos saudáveis.

A área de atuação do PNAES “atenção à saúde” só é destacada em uma das normativas ao ser relacionada ao Auxílio Aparelho Corretivo Visual. Desta forma, é possível inferir que a PROPAAE ao estabelecer as normas para a AE na UFRB não partiu de uma perspectiva ampliada de saúde, bem como a PS não foi e não vem sendo considerada parte relevante na implantação da AE na instituição.

Por outro lado, é sabido que não é necessário que uma política seja estabelecida como de PS para que ela atue nesse sentido. Entender e lidar com a saúde de uma forma diferente pressupõe compreender que “A saúde e a igualdade na saúde podem não ser o objetivo de todas as políticas sociais, mas serão um dos seus resultados fundamentais” (CDSS, 2010, p. 29).

A correlação entre as ações e os princípios mostra a potencialidade que a AE possui para PS na universidade. Desta forma, uma política que já existe na universidade pode contribuir para além que possibilitar a permanência material dos estudantes, através dela é possível promover a saúde. Porém, é possível avançar nessa relação, realizando novas articulações e revendo processos.

Ao analisar os editais é possível perceber que a PROPAAE tem atuado de forma significativa sobre as condições de vida, especialmente através de apoio financeiro. Com vistas a tornar mais evidente este processo foram criadas três categorias:

- Apoio financeiro: repasses financeiros aos estudantes através de concessão de auxílios pecuniários, remuneração por estágios, monitorias ou tutorias;
- Apoio estrutural: acesso gratuito a ações estruturas da universidade;
- Apoio educacional: acesso a apoio pedagógico.

Uma mesma ação pode estar associada a mais de uma categoria. Na tabela 13 pode ser observada a organização.

Tabela 13: Divisão das ações da PROPAAE nas categorias apoio financeiro, apoio estrutural e apoio educacional.

	Bolsa Esporte
Apoio financeiro	Pecuniário à Moradia
	Pecuniário à Alimentação
	Auxílio Deslocamento
	Vinculado a projetos
	Conexões de Saberes
	Monitoria UPT
	Estágios PROPAAE
	Programa Integrado de Ação Afirmativa
	Projeto Censo das Manifestações Culturais Negras na Bahia
	Equidade Racial no Recôncavo da Bahia
	Programa de Permanência Alternância
	Projeto Fundação Clemente Mariane
	Programa de Vivência Comunitária
	Monitoria para o programa Universidade Para Todos
	Gestores para o programa Universidade Para Todos
	Tutoria do Programa de Tutoria do CETEC
Apoio estrutural	Residência Universitária
	Restaurante Universitário
	Atividades oriundas do Bolsa Esporte
Apoio educacional	Empréstimo de Notebooks
	Fórum de Pró-Igualdade Racial e Inclusão Social do Recôncavo
	Apoio a Eventos Culturais
	Apoio Financeiro para Apresentação de Trabalhos em Eventos
	Programa de Combate à Evasão e Retenção
	Programa de Desenvolvimento Acadêmico em Línguas
	Equidade na pós-graduação
Programa de Tutoria do CETEC	

É evidente que o apoio financeiro pode possibilitar o acesso aos pré-requisitos para saúde destacados na Carta de Ottawa, como a cultura, o lazer, o esporte, a moradia, a alimentação, por outro lado, não garante o acesso aos mesmos, pois não é possível afirmar que ao receber o auxílio pecuniário o estudante irá realizar uma alimentação saudável, que residirá em um local salubre ou que adotará práticas de lazer que proporcionem melhor saúde. Nesse sentido, as associações, ainda que nos tragam pistas, não revelam todo o processo.

As ações de apoio estrutural mostram-se como estratégias onde a universidade pode ter maior cuidado no apoio à saúde dos estudantes, uma vez que pode controlar a qualidade dos serviços oferecidos, como as refeições, moradia, acesso a programas de lazer que priorizem a saúde e a qualidade de vida, acesso a eventos culturais e educacionais que tenham como temática a saúde dos estudantes, entre outros.

No entanto, a mera existência do apoio estrutural não é garantia de que se esteja promovendo a saúde dos estudantes. Se os estudantes encontram na RE um espaço onde podem residir, mas não há paz, não está necessariamente ocorrendo a PS. Ainda que o pré-requisito para a saúde “moradia” esteja sendo cumprido, fatores como dividir o apartamento com um estudante fumante pode trazer mais prejuízos do que benefícios para saúde.

Ao analisar no estudo de Coelho (2012) pode-se observar como a RE tem potencial para se configurar como um espaço de PS, pois além de poder assegurar ao estudante uma moradia de qualidade, pode ser responsável ainda por fortalecer os laços de coesão social, do cuidado, contribuindo não apenas para permanência material, mas também a simbólica, conforme pode ser observado no comentário de uma aluna da UFC:

Esse programa é responsável por minha permanência na UFC, e não falo só em relação a moradia e alimentação, mas do apoio, amizade, incentivo, compreensão e companheirismo dos meus colegas residentes, em especial minhas colegas da residência, minhas irmãs, minha família acadêmica (COELHO, 2012, p. 173).

No que tange ao apoio educacional é possível observar que ele se divide em diferentes modelos, o apoio pedagógico, a participação em projetos de pesquisa e os eventos. O apoio pedagógico mostra-se muito relevante para enfrentar as dificuldades encontradas pelos estudantes especialmente nos cursos de ciências exatas, os quais contam com um grande número de reprovações e evasão, fator que pode gerar grande sofrimento psicológico. A participação em projetos de pesquisa também se revela como fator importante, dada a sua contribuição para o processo de permanência simbólica e desenvolvimento do estudante.

A entrada na universidade representa um momento de ruptura com as condições de existência, na vida afetiva, na relação com o tempo e com o espaço (COULON, 2010). Saraiva e Quixadá (s/d) consideram a universidade um espaço de produção de situações que ocasionam sofrimento, no qual as dificuldades de adaptação podem desdobrar-se em absenteísmo, depressão, suicídio, drogadição, ansiedade e estresse. Nesse sentido, estratégias que possibilitem aos estudantes formas de pertencimento, fortalecimento dos laços sociais e de coesão social, colocam-se como fatores relevantes, não apenas para permanência, também para saúde e qualidade de vida.

No que diz respeito aos eventos percebe-se que a PROPAAE ainda volta pouco seus olhares para a comunidade universitária, esse olhar para si pode contribuir para conhecer espaços, perceber problemas e construir uma cultura universitária que tenham com um de seus pilares a PS.

A transformação da universidade em um ambiente de PS incorpora não apenas a dimensão “física ou natural”, mas também a cultural, social, política e econômica. Tal transformação reforça a responsabilidade do setor público, em conjunto com a sociedade, de dar suporte e garantia a uma vida saudável (MOYSES; MOYSES; KREMPEL, 2004).

Para constituir a AE como uma ação de PS eficaz é necessário entender que

as ações de promoção da saúde incluem os indivíduos, suas famílias, as condições de trabalho, renda, alimentação, estilos de vida, lazer e ações que decorram da formulação de políticas públicas que possibilitem aos indivíduos e comunidades a realização de escolhas em prol da saúde (PEDROSA, 2004, p. 618).

O ser humano não é apenas biológico e psíquico, é também cultural, melhor, é multidimensional. É, nas palavras de Morin, “Homo Demens”. Um ser que além de biológico, psíquico e cultural, tem desejos, sonhos, é insensato.

O fato é que não se pode estabelecer uma fronteira entre o que é sensato e o que é louco. Que é, por exemplo, uma vida sensata? É uma vida na qual se presta muita atenção em não tomar vinho, não comer molhos, não sair, não viajar em avião, não correr nenhum risco para conservá-la o maior tempo possível? Ou é uma vida de consumo, de gozo, de embriaguez, na qual se arrisca perder a vida? Evidentemente, ninguém pode dar resposta a esta pergunta (MORIN, 1996, p. 281).

Neste viés, pensar na PS na universidade é também compreender que os estudantes possuem vontades, desejos, sonhos, e que sua saúde pode não ser uma de suas prioridades e por isso não deve ser colocada como uma obrigação que pode levar a culpabilização. É necessário compreender que estes estudantes além de atores podem e devem ser autores das ações de PS. É necessário refletir que o discurso que consideramos sensato, pode não ser o considerado sensato pelo estudante. É necessário entender que ainda que nem todos considerem o discurso sobre a PS o caminho a ser seguido, é preciso possibilitar estratégias para àqueles que desejam dispor de todo seu potencial de saúde.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo chamar atenção para a associação entre promoção da saúde e assistência estudantil, evidenciando os limites e possibilidades desta associação no âmbito da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Desde o início deste século o Brasil vem vivenciando uma nova experiência no ensino superior: o aumento expressivo de vagas tanto em instituições públicas quanto nas privadas. Concomitante ao fortalecimento de ações afirmativas para o ingresso de grupos específicos nestas instituições, o que fez surgir um novo grupo de estudantes composto por mais estudantes de classes populares, oriundos de escolas públicas, negros, indígenas, quilombolas, trabalhadores-estudantes.

Assistimos, através da implantação de programas como o REUNI e a Lei de Cotas, a um processo inicial na democratização do ingresso no ensino superior no país. No entanto, o acesso à instituição de ensino representa apenas uma primeira etapa para a equidade no ensino superior. Para alcançar o sucesso acadêmico, parte dos estudantes, especialmente os oriundos de grupos populares, enfrentam problemas de permanência e conseqüentemente para a conclusão dos cursos.

O PNAES surgiu como importante ferramenta para ampliar as condições de permanência dos jovens no ensino superior público federal. A finalidade do PNAES é ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal por meio de ações nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Nesse contexto, a assistência estudantil coloca-se como instrumento de grande relevância para que os filhos da classe trabalhadora possam concluir o ensino superior. Assim assistimos a mais um passo na democratização da instituição universitária, pois numa sociedade capitalista e num país com graves desigualdades socioeconômicas, apenas a ampliação de vagas nas instituições públicas e criação de ações afirmativas que assegurem o ingresso de grupos específicos não são suficientes, é necessário que sejam criados mecanismos que assegurem a

permanência daqueles que nela ingressam, reduzindo as desigualdades entre os estudantes.

Para Magalhães (2013) o PNAES decorre da necessidade de minimizar a retenção e evasão nas universidades o que gera altos custos, bem como cumprir as metas de elevação de taxas de conclusão nas universidades públicas, representando apenas um instrumento para o bom andamento e conclusão da graduação.

Os estudantes que dependem da AE para sua manutenção na instituição utilizam serviços específicos, como o acesso a RE, ao RU, aos auxílios pecuniários, entre outros. No decorrer deste trabalho nos ocupamos em evidenciar a relação existente entre a AE e a PS, e percebemos que no âmbito da UFRB esta relação possui grandes potencialidades.

A partir das três categorias criadas neste estudo - apoio financeiro, apoio estrutural, apoio educacional – é possível observar três campos de atuação que podem ser eficientes na promoção da saúde, não gerar quaisquer resultados ou até agravar a situação de saúde dos estudantes. O sucesso da atuação direcionada a PS ocorrerá a partir do olhar que será construído no processo de planejamento, elaboração e implantação das ações de AE.

Nesse sentido, acreditamos que o PNAES e a AE podem ir muito além apenas da minimização da retenção e evasão nas instituições, elas podem atuar de forma significativa sobre as condições de saúde e da qualidade de vida dos estudantes.

Ressaltamos a importância deste estudo ao destacar um trecho da Carta de Ottawa, importante referência ao longo desta pesquisa:

A política de promoção da saúde requer a identificação e a remoção de obstáculos para a adoção de políticas públicas saudáveis nos setores que não estão diretamente ligados à saúde. O objetivo maior deve ser indicar aos dirigentes e políticos que as escolhas saudáveis são as mais fáceis de realizar (BRASIL, 2002).

Desta forma, ao concluirmos este estudo ensejamos ter contribuído para a identificação não apenas de obstáculos, mas, especialmente, para a identificação de potencialidades que possam servir de inspiração para os implementadores de ações

da PROPAAE, contribuindo, desta forma, para o fortalecimento da AE no âmbito da UFRB.

Tendo em vista que a Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) foi criada pioneiramente com a finalidade de articular as ações afirmativas e os assuntos estudantis, ampliando o espectro da assistência estudantil, assumindo um novo trato e articulação das demandas sociais e acadêmicas (JESUS; NASCIMENTO, 2010), acreditamos que essa pesquisa pode contribuir de forma significativa para abertura de novos caminhos e contribuir para que a PROPAAE seja pioneira nas ações de PS para seus estudantes.

Apenas a análise dos editais e normativas não esgotam todas as questões referentes ao tema, muito pelo contrário, dão pistas iniciais que fazem surgir outras questões. O que pensam os estudantes sobre a sua saúde? O que pensam sobre a PS? Sentem o impacto da AE em sua saúde? E os implementadores de ações na PROPAAE, o que pensam sobre estas questões?

A análise documental nos dá pistas sobre como a política foi construída e como vem ocorrendo, possibilitando, entre outras coisas, perceber limites e possibilidades na mesma. Por outro lado, este tipo de pesquisa pode nos dar uma visão superficial dos acontecimentos e esconder os sentimentos, as disputas, os acordos, as frustrações, que cercam a construção, implementação e desenvolvimento de uma política.

Nesse sentido, realizar outras investigações com os sujeitos das ações e com os sujeitos responsáveis pela implementação das ações torna-se de suma importância para compreender melhor esse fenômeno no âmbito da UFRB e avançar em proposições a respeito da promoção da saúde nas universidades brasileiras.

7. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, G. S. C.; SILVA, M. J. S. Sobre a saúde, os determinantes da saúde e a determinação social da saúde. *Saúde Debate*. 38 (103): 953-965, 2014.

ALMEIDA FILHO, Naomar. *Novos Desafios para a Universidade Nova. Radicalizar a inclusão social na educação superior brasileira. Observatório da Vida Estudantil: universidade, responsabilidade social e juventude/ Organização e apresentação Georgina Gonçalves dos Santos, Sônia Maria Rocha Sampaio. Salvador: EDUFBA, 2013.*

_____. *Universidade Nova no Brasil. In: SANTOS, B. S.; ALMEIDA FILHO, N. Universidade do Século XXI: Para uma Universidade Nova. Coimbra: Almedina, 2008.*

ALMEIDA, J. C. S. *Avaliação da implementação do PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil na UFPR: Impactos e resultados para graduando com fragilidade socioeconômica. Dissertação (Mestrado), Itajaí, 2013, 156 f. Universidade do Vale do Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas.*

ALMEIDA, Jaqueline Cavalari Sales. *Avaliação da Implementação do PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil na UFPR: Impactos e resultados para graduandos com fragilidade socioeconômica. Itajaí, Santa Catarina, 2013, 156 f. Dissertação (mestrado): Universidade Vale do Itajaí, Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas.*

ALVES, Jolinda de Moraes. *A Assistência Estudantil no Âmbito da Política de Educação Superior Pública. Serviço Social em Revista. V. 5 n. 1, 2002.*

ANDIFES (Org.). UFU. Uberlândia. 2012.

_____. *Plano Nacional de Assistência Estudantil (2007). Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf> Acesso em: 04 de agosto de 2015.*

ASSIS, Anna Carolina Lili. *Desafios e Possibilidades da Política de Assistência Estudantil da UFJF. Juiz de Fora, 2013, 121 f. Dissertação (mestrado): Universidade Federal de Juiz de Fora, Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação*

Pública.

BARATA, Rita Barradas. Iniquidade e saúde: a determinação social do processo saúde-doença. Revistas USP, São Paulo, n. 51, 2001.

BECKER, Daniel. No seio da família: amamentação e promoção da saúde no Programa de Saúde da Família. [Mestrado] Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública; 2001.

BETZEK, Simone Beatris Farinon. Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES na UTFPR Câmpus Medianeira. São Paulo, 2015, 139 f. Dissertação (mestrado): Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 27 de Agosto de 2015.

_____. Diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão. Brasília, 2006b.

_____. Ministério da Educação. Censo da Educação Superior 2013. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf>. Acesso em 03 de novembro de 2014.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. As Cartas da Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Projeto Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

_____. Plano Nacional de Educação. 2000. Disponível em: <portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf> Acesso em: 02 de setembro de 2015.

_____. Política Nacional de Promoção da Saúde. 3. Ed. Brasília, 2010b.

_____. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Brasília, 2007.

_____. Programa Nacional de Assistência Estudantil. Brasília, 2010.

BUSS, P. M. Promoção da saúde da família. *Revista Brasileira de Saúde da Família*. n. 2, v. 6, 2002.

_____. Promoção da Saúde e Qualidade de Vida. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5 (1):163-177, 2000.

BUSS, P. M.; CARVALHO, A. I. Desenvolvimento da promoção da saúde no Brasil nos últimos vinte anos (1988-2008). *Ciência & Saúde Coletiva*, 14 (6): 2305-2316, 2009.

BUSS, P. M.; FILHO, A. P. A Saúde e seus Determinantes Sociais. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 17 (1): 77-93, 2007.

CAMPOS, Gastão Wagner; BARROS, Regina Benevides; CASTRO, Adriana Miranda. Avaliação de política nacional de promoção da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 9 (3), 2004.

CARVALHO, Antonio Ivo. Princípios e prática da promoção da saúde no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 24 (1), 2008.

CARVALHO, S. C. S. Avaliação da eficácia da política pública de assistência estudantil na Universidade Federal de Lavras. Lavras, MG, 2013, 130 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Lavras.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior?. *Educ. rev.* [online]. 2006, n.28, pp. 125-140. ISSN 1984-0411.

CDSS. Redução das desigualdades no período de uma geração. Igualdade na saúde através da acção sobre os seus determinantes sociais. Relatório Final da Comissão para os Determinantes Sociais da Saúde, 2010.

CEBES. Teses do CEBES: contribuição para o debate. Resultado de um debate em grupo realizado no Simpósio Política e Saúde, promovido pelo CEBES.

CISLAGHI, J. F.; SILVA, M. T. O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: ampliação versus garantia de permanência. *SER Social*. v. 14, n. 31, 2012.

COELHO, Mônica Josiane. A política de Assistência Estudantil e a Contrarreforma universitária: estudo sobre o programa de moradia universitária na Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012, 137 f. Dissertação (mestrado): Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira.

COHEN, S. C.; BODSTEIN, R.; KLIGERMAN, D. C.; MARCONDES, W. B. Habitação saudável e ambientes favoráveis à saúde como estratégia de promoção da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12 (1): 191-198, 2007.

COSTA, S. G. A Equidade na Educação Superior: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre, 2010, 203 f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

COULON, A. A condição de estudante: A entrada na vida universitária. Tradução de Georgina dos Santos, Sônia Maria Rocha Sampaio. Salvador: EDUFBA, 2008. 278. Título original: *Le métier d'étudiant: l'entrée dans la vie universitaire*.

_____. Universidade e Responsabilidade Social. Observatório da Vida Estudantil: universidade, responsabilidade social e juventude/ Organização e apresentação Georgina Gonçalves dos Santos, Sônia Maria Rocha Sampaio. Salvador: EDUFBA, 2013.

CZERESNIA, D. O conceito de Saúde e a Diferença Entre Prevenção e Promoção. In: CZERESNIA, D; FREITAS, C. M. (Org.). *Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, P. 39-53, 2003.

_____. O Conceito de Saúde e a Diferença entre Prevenção e Promoção. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/biogeografia_saude_publica/aulas%202014/1%20-%20conceito%20de%20sa%FAde.pdf> Acesso em: 26 de agosto de 2015.

DE PAULA, Alisson Slider do Nascimento. O programa Reuni em foco: intensificação e precarização do trabalho docente. *Revista Espaço Acadêmico*. Nº 170, 2015.

FÁVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FELICETTI, V. L.; MOROSINI, M. C. Equidade e iniquidade no ensino superior: uma reflexão. *Avaliação e Políticas Públicas em Educação*. 17 (62), 9-24, 2009.

FRIAS, Lincoln. As cotas raciais e sociais em universidades públicas são injustas?. *Direito, Estado e Sociedade*. N. 41, 2012.

FURLANI, L. M. T. A claridade da noite: os alunos do ensino superior noturno. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/eae/n20/n20a07.pdf>> Acesso em: 01 de dezembro de 2015.

GARRIDO, E. N. Moradia Estudantil e Formação do(a) Estudante Universitário(a). Tese (Doutorado). Campinas, 2012, 283 f. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GONÇALVES, C. C. M. Atuação sobre os Determinantes Sociais da Saúde em uma iniciativa de Campo Grande-MS: Projeto Viva Seu Bairro. Tese (Doutorado). São Paulo, 2012, 283 f. Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública.

HERINGER, Rosana. Ainda um Sonho Distante: expectativas de ingresso na educação superior na Cidade de Deus, Rio de Janeiro. *Observatório da Vida Estudantil: universidade, responsabilidade social e juventude/ Organização e apresentação Georgina Gonçalves dos Santos, Sônia Maria Rocha Sampaio*. Salvador: EDUFBA, 2013.

JESUS, R. C. D. P.; NASCIMENTO, C. O. C. A 'condição de estudante' e a experiência de acesso e permanência qualificada na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. *Política e Trabalho*. n. 33. 2010.

JÚNIOR, N. G. D. A Assistência Estudantil e as Cotas Sociais nas Universidades Estaduais do Nordeste: as faces do acesso ao direito. Dissertação (Mestrado). Natal,

2013, 133 f. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-graduação em Serviço Social.

LÁZARO, André. Prefácio. Observatório da Vida Estudantil: universidade, responsabilidade social e juventude/ Organização e apresentação Georgina Gonçalves dos Santos, Sônia Maria Rocha Sampaio. Salvador: EDUFBA, 2013.

LEITE, Janete Luzia. Política de cotas no Brasil: política social? *Revista Katálisis*. V. 14, n.1, 2011.

LIMA, Kátia Regina de Souza. O programa Reuni e os desafios para a formação profissional em Serviço Social. R. Katál., Florianópolis, v. 16, n. 2, 2013.

MELLO, A. L. S. F.; MOYSÉS, S. T.; MOYSÉS, S. J. A universidade promotora de saúde e as mudanças na formação profissional. *Interface*. v. 14. n. 34, 2010.

MELO, Alex Fiúza; FILHO, Naomar de Almeida; RIBEIRO, Renato Janine. Por uma universidade socialmente relevante. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cne_alexfiuza.pdf> Acesso em: 02 de setembro de 2015.

MELO, Maria Rosângela Albuquerque. A assistência Estudantil no Contexto da “Reforma” do Ensino Superior Público do Brasil: Um estudo da assistência estudantil da UFS a partir da implantação do PNAES. São Cristóvão, Sergipe, 2013, 179 f. Dissertação (mestrado): Universidade Federal de Sergipe, Mestrado em Serviço Social.

MOEHLECKE, S. Ação Afirmativa: História e Debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 117, 197-217, 2002.

MOREIRA, João Flávio de Castro. As políticas de expansão e privatização do ensino superior no Brasil e na Argentina (1989-2009). São Paulo, 2013, 238 f. Tese (Doutorado): Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Educação.

MORIN, E. Epistemologia da Complexidade. In: Shinitmn, D. F. *Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MOYSES, S. J.; MOYSES, S. T.; KREMPEL, M. C. Avaliando o processo de construção de políticas públicas de promoção da saúde: a experiência de Curitiba. *Ciência e Saúde Coletiva*. v. 9 n. 3, 2004.

NASCIMENTO, Ana Paula. Assistência Estudantil e Projeto Ético-político do Serviço Social: democratizar acesso ou permanência? Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira. Ano VI, nº 8, 2013.

NOGUEIRA, V. M. R. Determinantes Sociais da Saúde: o embate teórico e o direito a saúde. Revista de Políticas Públicas, 16 (2): 481-491, 2012.

OLIVEIRA, M. F. Metodologia científica: um manual para pesquisas em administração. Manual (pós-graduação) – Universidade Federal de Goiás, 2011. Disponível em: <
https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf> . Acesso em: 09 de dezembro de 2012.

OMS. Diminuindo Diferenças: a prática das políticas sobre determinantes sociais da saúde. Conferência Mundial Sobre Determinantes Sociais da Saúde. Rio de Janeiro, Brasil, 19-21 de outubro, 2011.

PEDROSA, J. I. S. Perspectivas na avaliação em promoção da saúde: uma abordagem institucional. Ciência & Saúde Coletiva, 9(3):617-626, 2004;

PORTES, Écio Antonio; SOUSA, Letícia Pereira. O nó da questão: a permanência de jovens dos meios populares no ensino superior público. Observatório da Vida Estudantil: universidade, responsabilidade social e juventude/ Organização e apresentação Georgina Gonçalves dos Santos, Sônia Maria Rocha Sampaio. Salvador: EDUFBA, 2013.

RAMOS, Lila de Fátima de Carvalho. A Assistência ao Estudante nas IFES em contexto brasileiro: O programa Saudavelmente da Procom-UFG. Goiás, 2012, 86 f. Dissertação (mestrado): Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Mestrado em Serviço Social.

REIS, Dyane Brito. Continuar ou Desistir? Reflexões sobre as condições de permanência de estudantes negros na UFRB. Observatório da Vida Estudantil: universidade, responsabilidade social e juventude/ Organização e apresentação Georgina Gonçalves dos Santos, Sônia Maria Rocha Sampaio. Salvador: EDUFBA, 2013.

RISTOFF, D. O Novo Perfil do Campus Brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. *Avaliação*. v. 19, n. 3, 2014.
RIUPS. Declaração de Pamplona. 2009. Disponível em:<
http://www.paho.org/hq/index.php?option=com_content&view=article&id=10621&Itemid=41391&lang=pt>. Acesso em: 02 de dezembro de 2015.

ROCHA, Patrícia Rodrigues da; DAVID, Helena Maria Scherlowski Leal. Determinação ou Determinantes? Uma discussão com base na Teoria da Produção Social da Saúde. *Rev. esc. enferm. USP* [online]. 2015, vol.49, n.1, pp. 129-135. ISSN 0080-6234.

SAMPAIO, Sônia Maria Rocha; BARBOSA, Jacira da Silva; SANTOS, Ilison Dias; FERNANDES, Nara; DANTAS, Marília. Nova Universidade, Novos Estudantes; quem são e o que esperam os estudantes dos bacharelados interdisciplinares da Universidade Federal da Bahia. In: *Observatório da Vida Estudantil: universidade, responsabilidade social e juventude/ Organização e apresentação* Georgina Gonçalves dos Santos, Sônia Maria Rocha Sampaio. Salvador: EDUFBA, 2013.

SANTOS, Ana Cristina do Espírito; SANTOS, Georgina Gonçalves; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. Ação Afirmativa: uma resposta à crise de legitimidade das universidades públicas. In: *Observatório da Vida Estudantil: universidade, responsabilidade social e juventude/ Organização e apresentação* Georgina Gonçalves dos Santos, Sônia Maria Rocha Sampaio. Salvador: EDUFBA, 2013.

SANTOS, B. S. A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade. In: SANTOS, B. S.; ALMEIDA FILHO, N. *Universidade do Século XXI: Para uma Universidade Nova*. Coimbra: Almedina, 2008.

SARAIVA, Alexandro Macêdo; QUIXADÁ, Luciana Martins. Realização, sofrimento, saúde e adoecimento: algumas reflexões sobre o estudante e sua trajetória universitária. Disponível em:
<http://www.uece.br/setesaberes/anais/pdfs/trabalhos/988-07082010-135554.pdf>>
Acesso em: 31 de agosto de 2015.

SEGRE, Marco ; FERRAZ, Flávio Carvalho. O conceito de saúde. *Rev. Saúde Pública* [online]. 1997, vol.31, n.5, pp. 538-542. ISSN 1518-8787.

SILVA, J. S.; CASTRO, A. M. D. A. Política de expansão para o ensino superior no contexto do Reuni: a implementação do programa na UFRN. *Holos*, ano 30, v. 6, 2014.

SILVEIRA, M. M. A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. Pelotas, 2012, 137 f. Dissertação (mestrado): Universidade Católica de Pelotas, Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais.

SITO, Luanda. Disputas e diálogos em torno do conceito de “ações afirmativas” para o ensino superior no Brasil. Universitas Humanística. N 77, 2014.

SOUZA, M. R. A.; MENEZES, M. Programa Universidade Para Todos (PROUNI): quem ganha, o quê, como e quando? Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação. v.22, n. 84, 2014.

TERRIBILI FILHO, A.; NERY, A. C. Ensino superior noturno no Brasil: história, atores e políticas. RBPAAE, v. 25, jan. /abr. 2009 <<http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/19327/11227>>

TRINDADE, Hélio. Universidade em perspectiva: Sociedade, conhecimento e poder. Revista Brasileira de Educação. Nº 10, 1999.

VASCONCELOS, K. E. L.; SCHMALLER, V. P. V. (Nova) promoção da saúde: configurações no debate do serviço social. Emancipação, 14 (1), 2014.

VASCONCELOS, Kathleen Elaine Leal. Promoção da Saúde e Serviço Social: uma análise do debate profissional. Tese. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2013.

WHO. European Working Group on Health Promotion Evaluation. Health promotion evaluation: recommendations to policy-makers. Copenhagen, 1998.

_____. First International Conference on Health Promotion, Ottawa, 21 November 1986. Disponível em: <<http://www.who.int/healthpromotion/conferences/previous/ottawa/en/>> Acesso em 03 de novembro de 2014.

_____. Health Promoting Universities: concept, experience and framework for action. Regional Office for Europe, 1998.

